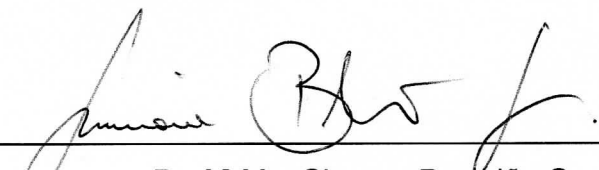


DA PREVEÇÃO AO COMBATE:

UM ESTUDO DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO  
RECÔNCAVO BAIANO

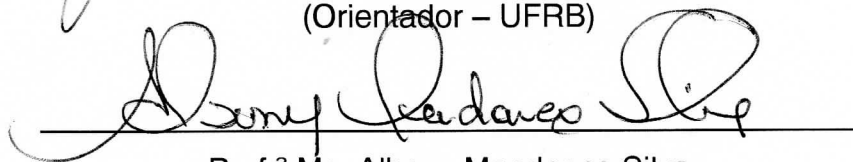
Cachoeira – BA, aprovada em 21/10/2013.

BANCA EXAMINADORA



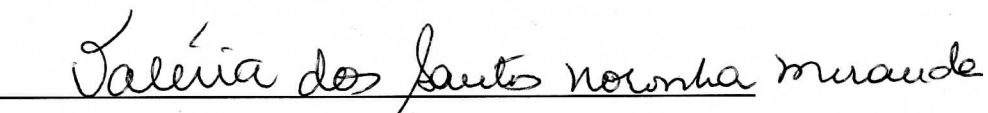
---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Simone Brandão Souza  
(Orientador – UFRB)



---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Albany Mendonça Silva  
(Membro Interno – UFRB)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria dos Santos Noronha Miranda  
(Membro Interno – UFRB)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

CHIRLEI CORREIA DAMASCENO

DA PREVENÇÃO AO COMBATE:  
UM ESTUDO DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO  
RECÔNCAVO BAIANO

CACHOEIRA-BA  
2013

CHIRLEI CORREIA DAMASCENO

DA PREVENÇÃO AO COMBATE:  
UM ESTUDO DA REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO  
RECÔNCAVO BAIANO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal  
do Recôncavo da Bahia – UFRB, para obtenção do grau de Bacharel  
em Serviço Social.

CACHOEIRA-BA  
2013



A todas as “Marias”.

## AGRADECIMENTOS

O momento do agradecimento refere-se à oportunidade de reconhecer que ninguém consegue trilhar algum caminho sozinho. E, com certeza, o percurso vivido por mim até aqui só foi possível com a participação de pessoas mais que especiais. Hoje posso dizer que neste “filme” da minha vida eu me considero uma atriz coadjuvante contracenando com os mais gabaritados atores protagonistas, principais responsáveis pelo meu triunfo, aos quais devo meus sinceros agradecimentos....

A Deus, fonte inesgotável de inspiração, sabedoria e fé

Aos meus amados pais, Beu (I.M.) e Raimunda. Obrigado por confiarem em mim!

Aos meus irmãos: Binho e Fernanda, por todo o apoio dispensado.

Ao meu sobrinho Cauã, pelo carinho e amor transmitidos nos gestos mais sinceros.

A minha querida Avó Maçú, por toda a alegria proporcionada e pelas constantes orações.

A Léo, por todo apoio, companheirismo e admiração.

As minhas tias e tios, por estarem sempre com os olhos atentos sobre mim e sobre a minha família, em especial a Lina, Chica, Dete, Valdelice, Dodora, Nivaldo e Pinto.

Aos primos e primas, por todo o apoio, confiança e positividade transmitidos, em especial a Bá, Irani, Piu, Jurandir, Jeo, Nana, Veri (I.M.), Binha, Jua, Daiane, Ida, Luzi e Tani.

Aos amigos que estiveram ao meu lado em todos os momentos, me incentivando e me alegrando. Em especial a Joelma (I.M.), Val, Mara, Camila, Nenego, Daniel, Ju, Neto, Binho, Dilma, Carreira e Crispina.

Aos colegas de turma da UNEB 2009.1, por todo o carinho e por me darem força mesmo no momento da despedida, em especial a Renata, Gil, Lane, Rose, Lene, Mateus e Rogério

A minha “turma bala” por todos os momentos vividos juntos, em especial a: Ana Claudia, Michele Mota, Gisa, Thay, Jessica, Michele Oliveira, Kinha, Ivan, Eline, Jacy, Tati, Nalva, Kelly, Leila e Eliane, por todas as demonstrações de carinho e admiração.

Aos amigos do grupo de pesquisa, por todo o conhecimento compartilhado e todas as experiências vividas: Em especial a Lari, Gabi, Nessa, Zilma, Belinha e Crislane.

As minhas supervisoras de estágio Joelma e Léa, pela solicitude em me aceitar enquanto estagiária e a preocupação com a minha formação profissional. Assim como toda a equipe do CREAS – Maragojipe, pela receptividade.

Aos funcionários do Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina.

Aos usuários dos serviços, por serem a principal fonte de aprendizado.

A minha supervisora acadêmica de estágio, coordenadora de pesquisa e orientadora de TCC, Ufa! Quanta coisa hein!? Simone Brandão, risos. Aprendi muito com você, sentirei saudades das partilhas...

Ao corpo docente de Serviço Social, nas pessoas de Valéria, Albany e Silvia.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa conquista, serei eternamente grata!

Maria, Maria  
É um dom, uma certa magia  
Uma força que nos alerta  
Uma mulher que merece  
Viver e amar  
Como outra qualquer  
Do planeta...

Maria, Maria  
É o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que ri  
Quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta...

Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria...

Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida....

Mas é preciso ter força  
É preciso ter raça  
É preciso ter gana sempre  
Quem traz no corpo a marca  
Maria, Maria  
Mistura a dor e a alegria...

Mas é preciso ter manha  
É preciso ter graça  
É preciso ter sonho sempre  
Quem traz na pele essa marca  
Possui a estranha mania  
De ter fé na vida [...]

*Milton Nascimento*



## RESUMO

O presente trabalho buscou conhecer a rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano e avaliar se a mesma está em consonância com a política nacional de enfrentamento a esse fenômeno. Para tanto, elegemos enquanto lócus de pesquisa o Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina, localizado na cidade de Cruz das Almas na região do Recôncavo, sendo este fruto de um consórcio entre sete municípios da região, a saber: Cruz das Almas, Saubara, Maragogipe, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Governador Mangabeira e Muritiba, atendendo, contudo, a uma demanda regional independente do local de origem da mulher vitimada. A pesquisa do tipo qualitativa e norteada pelo referencial teórico materialista histórico dialético, teve como população alvo a equipe profissional do centro, com a qual realizamos entrevistas. Ademais, como metodologia também efetuamos análise documental através dos relatórios de atendimentos dos profissionais. O trabalho é precedido de uma contextualização sobre algumas categorias centrais para o entendimento do fenômeno da violência contra as mulheres, como as de gênero, patriarcado, divisão de classes e divisão sexual do trabalho. Abordamos também o conceito de violência contra a mulher trazendo alguns dados referentes a esse fenômeno e discutimos ainda as políticas públicas voltadas para a questão. Por fim, apresentamos o resultado da pesquisa, a partir da análise de discurso das entrevistas e análise documental, no qual foi possível observar que existe uma rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano que precisa ser fortalecida e especializada para que o enfrentamento da violência contra a mulher se torne uma realidade.

**Palavras-chave:** Violência. Gênero. Rede. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The present study sought to meet the service network to women in situation of violence in the Recôncavo and assess whether the same is in line with the national policy to counter this phenomenon. To this end, we have chosen as the research locus Regional Centre of reference of the wife Maria Joaquina, located in the city of Iligan in the Recôncavo region, this being the result of a consortium between seven municipalities in the region, namely: Cruz das Almas, Saubara, Maragojipe, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Governador Mangabeira and given however Muritiba a regional demand regardless of place of origin of the woman victim. The qualitative type search and guided by theoretical historical materialist dialectic, had as its target population Center professional team, with which we conduct interviews. As we also document analysis methodology through the reports of attendances of professionals. The work is preceded by a contextualization on some categories central to the understanding of the phenomenon of violence against women, such as gender, patriarchy, class division and sexual division of labour. We discussed also the concept of violence against women bringing some data on this phenomenon and discuss public policy still focused on the issue. Finally we present the search result from the discourse analysis of the interviews and document analysis, in which it was possible to observe that there is a network of assistance to women in situation of violence in the Recôncavo that needs to be strengthened and to the fight against violence against women becomes a reality.

**Keywords:** Violence. Genus. Network. Public Policies.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEDAW - Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CRRMMJ - Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

IML - Instituto Médico Legal

NIPOMUR - Núcleo Intermunicipal de Políticas para Mulheres do Recôncavo

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

SEDIM - Secretaria de Estado de Direitos da Mulher

SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade

SPM-PR - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da Republica

UFRB - Universidade Federal de Recôncavo da Bahia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 REVISITANDO A CATEGORIA GÊNERO .....	15
1.1 O processo de fabricação de “machos” e “fêmeas”; o conceito de patriarcado e as suas contribuições para a discussão sobre a dominação-exploração masculina .....	20
1.2 Divisão de classes e divisão sexual do trabalho: Uma abordagem necessária .....	24
2 APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	34
2.1 Do conceito de violência utilizado e a violência contra as mulheres.....	34
2.2 Em casos de violência contra a mulher é necessário “meter a colher”: Políticas Públicas para as mulheres e os mecanismos de enfrentamento à violência .....	43
2.3 Nas “teias” da proteção social: Em foco a Rede de atendimento à mulher em situação de violência .....	47
3 “SILENCIAR OU GRITAR?”: DILEMAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO RECÔNCAVO BAIANO .....	52
3.1 O Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina e o seu papel para o enfrentamento da violência contra a mulher no recôncavo baiano.....	52
3.2 A pesquisa qualitativa em foco: resultado e análise dos dados coletados.....	56
3.2.1 Da metodologia .....	56
3.2.2 Reconstrução dos atendimentos realizados pelo centro .....	59
3.2.2.1 Análise das entrevistas com os profissionais do CRRMMJ .....	61
3.3 Desafios e possibilidades para a efetivação de uma política integral de atenção às mulheres em situação de violência no recôncavo .....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	75
REFERENCIAS .....	78
APÊNDICES	

## INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta busca identificar a rede especializada para o atendimento da mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano e confrontar essa rede com as políticas de enfrentamento à este fenômeno, tendo como recorte as ações desempenhadas pelo Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina, situado no município de Cruz das Almas.

Buscamos para tanto conhecer a rede de prevenção e proteção à mulher em situação de violência articulada ao Centro, identificando se o mesmo atua em consonância com o que está preconizado na Norma Técnica de Padronização dos Centros de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência no que toca ao apoio e proteção à mulher vitimada e/ou em situação de risco e vulnerabilidade social.

A proposta desta pesquisa surgiu a partir da minha inserção no campo de estágio, através do componente curricular estágio supervisionado I. Tal experiência ocorreu no Centro Regional de Referência da Mulher situado no município de Cruz das Almas – Ba (lôcus da pesquisa)<sup>1</sup>. O referido Centro atua na perspectiva de prestar atendimento de orientação e acompanhamento às mulheres em situação de violência na região do recôncavo baiano. Aqui, é válido também pontuar a importância da minha participação no grupo de pesquisa intitulado: “Mapa da violência no Recôncavo: Um estudo comparativo dos municípios de Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Antônio de Jesus” vinculado a Universidade Federal de Recôncavo da Bahia - UFRB, para a escolha e definição do objeto deste trabalho.

Muito se têm escutado falar acerca da violência doméstica, mais especificamente contra a mulher, seja na mídia, seja no seio acadêmico em que se adensam as discussões com o apoio de pesquisas já realizadas, ou ainda através dos governantes em respostas a todos os questionamentos suscitados pela sociedade em geral.

Hoje é possível afirmar que vários mecanismos de combate e enfrentamento à violência doméstica foram criados, a exemplo: O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), a Lei Maria da Penha, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's), os Centros de Referência de atenção à mulher, dentre outros<sup>2</sup>. Contudo, é

---

<sup>1</sup> O referido estágio ocorreu entre setembro e dezembro do ano de 2011, tendo duração de apenas um semestre por conta de falta de profissional na instituição após finalização do contrato entre a minha supervisora e o município contratante. Cabe pontuar que a instituição ficou um período (aproximadamente dois meses) funcionando sem o profissional de Serviço Social o que me obrigou a buscar por outro campo de estágio.

<sup>2</sup> O processo de institucionalização desses equipamentos será aprofundado ao longo do trabalho.

importante sinalizar que identificar e criminalizar o ato violento não se configura como o único meio para solucionar essa questão. É importante também, fomentar a criação de mecanismos que visem prevenir e/ou coibir tais práticas, articulando as políticas públicas de saúde, educação, assistência, dentre outras.

Diante desse cenário, é fundamental demarcar, que o fenômeno da violência contra mulheres esta inscrito em uma perspectiva machista e patriarcal que tende a colocar a mulher em uma posição de inferioridade em relação ao homem. Desde cedo, a mulher é socializada para assumir este lugar de subalternidade e essa prática é reproduzida e naturalizada no seio familiar. Nesse sentido, é necessário que esforços sejam dispensados no que se refere a um processo de educação em gênero que vise desconstruir essa pratica que é tão recorrente e que atravessa gerações. É importante que exista ainda um maior investimento e atenção por parte dos governantes e da sociedade civil no sentido de enfrentar e combater essa problemática.

Assim, essa temática será tratada neste trabalho de conclusão de curso em três capítulos. No primeiro capítulo faremos uma abordagem conceitual sobre as categorias Gênero e Patriarcado partindo do pressuposto que estas se configuram como categorias centrais para o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres e consequente dominação-exploração a que estas são submetidas por aqueles. Faremos também uma breve discussão sobre a divisão sexual do trabalho relacionando-a com a ideologia patriarcal de gênero que tende a subalternizar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, fato que vai afetar em larga medida a autonomia financeira das mesmas.

O segundo capítulo é destinado à discussão sobre o fenômeno da violência contra as mulheres. Para tanto, traremos em seu primeiro tópico a conceituação de violência, incluindo aquela na qual nos fundamentamos, abordando ainda as diversas manifestações da violência contra a mulher. Trazemos também para esta análise, o percurso de criação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como, a proposta da criação da Rede especializada no atendimento da mulher em situação de violência.

A abordagem realizada no terceiro capítulo refere-se às considerações sobre a metodologia proposta, descrevendo os problemas e desafios nesse trajeto, além da apresentação e análise dos dados coletados. Dentro de uma perspectiva propositiva refletimos sobre os desafios e possibilidades para a efetivação de uma política integral de atenção às mulheres em situação de violência no recôncavo baiano.

Para a materialização do exposto elegemos a pesquisa qualitativa que, norteadada pelo método critico dialético, buscou analisar os discursos dos sujeitos entrevistados, a saber: os profissionais do CRRMMJ sendo uma advogada, duas Assistentes Sociais e uma professora, e

também a Diretora do departamento de políticas para as mulheres vinculada a Secretaria de Políticas Especiais de Cruz das Almas, desvendando de que forma está estruturada a rede de atendimento à mulher em situação de violência na região do recôncavo baiano e a sua importância para o enfrentamento desta problemática. Na ocasião analisamos também como esses profissionais percebem e atuam junto a essa política.

Diante do exposto, consideramos que a realização desta pesquisa contribuirá para a construção do conhecimento sobre a temática na região pela oportunidade de conhecer como esses serviços estão sendo desenvolvidos e para subsidiar o debate basilar na criação e/ou melhoria das políticas públicas direcionadas para esse segmento da população, ressaltando, contudo, a tendência de precarização dos serviços públicos pós adoção ao receituário neoliberal que tende a priorizar as políticas econômicas em detrimento das sociais.

## 1 REVISITANDO A CATEGORIA GÊNERO

Pretendemos nesse capítulo traçar uma discussão teórico-analítica sobre algumas categorias consideradas fundamentais para o entendimento do fenômeno da violência contra a mulher, um dos elementos centrais de nosso estudo.

Nesse sentido, buscaremos tecer algumas considerações sobre a questão da violência como expressão de dominação de um ser sobre outro, no caso deste trabalho, do homem sobre a mulher. Dessa forma, torna-se necessário construir uma fundamentação que trabalhe conceitos históricos e sociais como o de gênero e patriarcado.

É importante esclarecer, contudo, que este estudo não tem como premissa esgotar todas as discussões que se tem sobre os conceitos de gênero e patriarcado, mas fazer algumas reflexões que possam subsidiar no entendimento do fenômeno das variadas manifestações da violência empreendidas contra as mulheres. Sob essa ótica, é possível afirmar que é extensa a produção sobre Gênero, porém é válido frisar que como em qualquer que seja o campo de estudo há divergências de opiniões entre os teóricos que escrevem sobre o tema.

Em nível mundial<sup>3</sup>, para Cisne (2012), os estudos sobre gênero ganham destaque entre as estudiosas feministas no final do século XX<sup>4</sup>, mas, especificamente nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, situando-as como construções sociais determinadas pelas e nas relações sociais.

Nesse sentido, é possível perceber que ainda que, os escritos sobre desigualdade, exploração e dominação do homem sobre a mulher sejam datados há alguns séculos atrás<sup>5</sup>, é um tanto quanto recente as discussões sobre gênero que percebem essa relação como fruto de uma socialização desigual permeada nos diversos meios de produção que existiram. E nesse sentido, alguns autores apontam o modelo de produção capitalista como um dos mais perversos da história na medida em que neste modelo as mulheres são submetidas a relações

---

<sup>3</sup> De acordo com SCOTT, (1989) é importante destacar o protagonismo de escritoras americanas no que toca a discussão sobre gênero enquanto categoria essencial para compreensão da desigualdade entre homens e mulheres.

<sup>4</sup> Cabe aqui ressaltar que o feminismo é reconhecido desde o século XVIII, porém, de acordo com os autores aqui mencionados, os estudos sobre gênero nas teorias feministas ganham destaque entre o final do século XIX e início do século XX, período no qual iremos nos reportar.

<sup>5</sup> Os estudos histórico-antropológicos têm-se encarregado de evidenciar que, com raríssimas exceções, as mulheres têm sido consideradas “cidadãs de segunda classe no mundo dos homens”. Parece que as mulheres raramente foram reconhecidas como sujeitos diferentes do ponto de vista biológico, mas nem por isso inferiores. Muito pelo contrário, em quase todas as formações sociais as mulheres viveram e vivem a condição de seres para e dos homens, dotados, portanto, de existência relativa, dependente, privada de autonomia. (AZEVEDO, 1985, p.46)



de exploração em variados espaços, seja no seio familiar quando as atividades desenvolvidas no ambiente doméstico não são reconhecidas como trabalho, seja na esfera pública, no momento em que o peso da ideologia machista segrega e dificulta a sua inserção igualitária nos diversos espaços da sociedade. Sob essa questão Rago (2004) traz a seguinte contribuição

(...) assim como na atualidade, uma grande porcentagem de mulheres pobres constituiu o proletariado brasileiro desde os inícios da industrialização, no final do século XIX, e que, de modo geral, as trabalhadoras sempre foram alocadas em atividades muito menos valorizadas e mais mal remuneradas do que os homens, como conta a história do trabalho, em qualquer país do mundo, até os dias atuais. (p. 32).

Segundo Blay (2003) a inserção das mulheres nos espaços públicos se deu com maior intensidade no final do século XIX ao início do século XX em virtude das transformações políticas, econômicas e culturais do referido momento histórico. Segundo a autora a industrialização e a crescente urbanização características do período mencionado, refletiram em grande medida na mudança de vida para muitas mulheres, mais especificamente aquelas inseridas no movimento feminista.

Essas transformações serviram como molas propulsoras para o questionamento da dominação sofrida pelas mulheres e vieram por em xeque os costumes patriarcais que legitimavam o poder de dominação do homem exercido sobre a mulher. Nesse sentido Blay (2003) acrescenta que:

Dentre estas mudanças destacou-se a discussão sobre o casamento. Mulheres das classes média e alta, graças à educação e ao trabalho remunerado, adquiriram maior “poder social e econômico” (BESSE, 1999, p. 41) e passaram a protestar contra a “tirania dos homens” no casamento, sua infidelidade, brutalidade, abandono – temas frequentes entre escritoras, jornalistas e feministas dos anos de 1920. (...) A interpretação dessas queixas era traduzida como “crise” na família e o no casamento (BESSE, 1999, p. 41) cujos responsáveis seriam o trabalho feminino e a paixão. (p. 88).

Nesse viés é possível perceber que as transformações sociais advindas do sistema de produção capitalista de certa forma, colaboraram para a mudança de vida de muitas mulheres ao passo em que “reconhece” nelas uma potencial contribuição para a manutenção do sistema

de exploração da força de trabalho. Contudo, a participação da mulher no mundo do trabalho era vista como uma ameaça à manutenção da família e em consequência foi sancionada pelo Estado o Código Civil de 1916, legislação outorgando poder ao marido sobre as esposas na medida em que estas deveriam ser autorizadas por aqueles quando da sua pretensão de trabalhar.

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental. De outro lado situavam-se as que podiam circular livremente pelas ruas, praças e bares, pagando, contudo, o alto preço da condenação moral, da perseguição policial e de outras formas de violência física. (RAGO, 2004, p. 31).

Inconformadas com a subserviência a que eram obrigadas legalmente<sup>6</sup> aos seus maridos muitas mulheres começam a questionar, protestar, e lutar por uma vida mais humana e igualitária possível. É, nos anos de 1970 e 1980, no entanto, que o movimento feminista ganha maior visibilidade em decorrência da mudança no panorama econômico e cultural no Brasil. A crescente industrialização e urbanização do referido período afetou em grande medida a condição de vida das mulheres, principalmente aquelas oriundas da classe média. Estas passaram a ocupar espaços nas ruas, no trabalho, nos estudos o que lhes conferiam maior poder para questionar as bases da ordem patriarcal que outorgava poder aos homens. E nesse contexto esboçam-se as primeiras discussões sobre a categoria gênero, enquanto referência central para o entendimento e enfrentamento da dominação sofrida pelas mulheres.

Estudos apontam que as teorias que discutiam sobre gênero até o começo do século XX não eram suficientes para abarcar todas as determinações que existiam nas relações sociais de dominação/exploração de um sexo sobre o outro, neste caso, do sexo masculino sobre o feminino. Nesse sentido, Scott (1989) afirma que:

---

<sup>6</sup> O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira. (BLAY, 2003, p.87)

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. (p. 19).

De acordo com Saffioti (2004) diferentemente do que, com frequência se pensa, a primeira conceituação de gênero não foi formulada por uma mulher, esta foi uma tarefa realizada pelo estudioso Robert Stoller<sup>7</sup> em 1968, contudo, este conceito não ganhou destaque no seio acadêmico naquele momento. Foi, a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, servindo “como porta de entrada e caminho exploratório das novas reflexões acerca das representações sociais do masculino e do feminino<sup>8</sup>” que a categoria gênero passou a ter importância para os estudos feministas.

Diante do exposto abordaremos aqui algumas conceituações de gênero presentes nos estudos feministas e também nas discussões sobre a violência contra a mulher. Nesse sentido, Scott (1989) afirma que a definição de gênero trabalhada por ela possui duas partes e várias sub-partes as quais estão ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. Afirma a autora que:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (p. 21).

Partilha-se aqui também da visão de Saffioti (2004) ao que se refere o lugar que ocupa a categoria gênero para o entendimento e enfrentamento da desigualdade entre homens e

---

<sup>7</sup> “A rigor, embora não tenha formulado o conceito de gênero, Simone de Beauvoir mostra que só lhe faltava a palavra, pois, em sua famosa frase – “Ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher” – estão os fundamentos do conceito de gênero. Lutando contra o essencialismo biológico – “A anatomia é o destino” -, enveredou pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem. Foi, por conseguinte, a precursora do conceito de gênero” (SAFFIOTI, 1999b *apud* Saffioti, 2004, p. 107)

<sup>8</sup> “A elaboração social do sexo (SAFFIOTI, 1969a) deve mesmo ser ressaltada, sem, contudo, gerar a dicotomia sexo e gênero, um situado na biologia, na natureza, outro, na sociedade, na cultura. É possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade”. (SAFFIOTI, 2004, p. 108).

mulheres. Para esta autora a categoria gênero engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, tendo em vista tratar-se de um conceito aberto. Acrescenta que o conceito de gênero não se limita a uma categoria de análise, como muitas estudiosas escrevem, todavia, diz respeito a uma categoria inscrita na história das relações sociais. Em termos conceituais, Saffioti utiliza-se do pensamento de diversos estudiosos e define gênero

como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Diante do exposto, é possível inferir que existem diversas conceituações para a categoria gênero, mas em linhas gerais existe um pequeno consenso no meio teórico que consiste em situá-lo como categoria construída social e historicamente cujo pressuposto é identificar os papéis exercidos pelo homem e pela mulher em uma dada sociedade. Cabe ainda frisar, que enquanto categoria social, analítica e histórica o estudo de gênero requer um constante investimento intelectual. Conforme define Azevedo (1985) “Gênero é um termo que visa diferenciar o social do biológico, ou seja, enfatizar a construção social da identidade “mulher e “homem” (PAOLI, 1985 *apud* AZEVEDO, 1985, p.73).

Alguns teóricos afirmam que para compreender o fenômeno da desigualdade existente entre homens e mulheres o conceito de gênero somente não é suficiente, porém ele se constitui como categoria central de onde partem todas as análises posteriores. Nesse sentido, Scott (1989) afirma que

No seu uso descritivo o gênero é, portanto um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. O gênero é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes. (p. 8).

De acordo com Saffioti (2004) “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”. E ao que se observa esta autora partilha da concepção de gênero citada por Scott (1989) ao afirmar que “o conceito de gênero não explica, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida”, o que não pode ocorrer é o abandono do seu uso.

É reconhecido que para entender o fenômeno da desigualdade ente homens e mulheres outras categorias de análise devem ser levadas em consideração, como a contribuição do conceito de patriarcado, os modos de produção e conseqüente divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, como estratégica metodológica, buscou-se, nos itens seguintes abordar essas categorias isoladamente.

### **1.1 O processo de fabricação de “machos” e “fêmeas”: o conceito de patriarcado e as suas contribuições para a discussão sobre a dominação-exploração masculina**

Conforme exposto anteriormente, a compreensão da desigualdade existente entre homens e mulheres e conseqüente dominação destas por aqueles não é possível a partir de uma única categoria de análise como a de Gênero. Nesse viés, levando-se em consideração a importância da categoria Patriarcado e que alguns autores vão chamar também de “o padrão machista”<sup>9</sup> é que se norteará a discussão deste tópico.

De acordo com Saffioti (2004) o conceito de patriarcado enquanto “uma forma de expressão do poder político”, ainda é peça essencial para a compreensão especificamente da violência contra as mulheres. Esta autora partilha da ideia de Pateman (1993), ao colocar que “abandonar o conceito de patriarcado significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada”. O referido conceito descortina e problematiza o processo que legitima a dominação da mulher pelo homem perpetrado há um longo período na história da humanidade. Nesse viés, Narvaz e Koller (2006) problematizam o surgimento da ideologia patriarcal enquanto instrumento de dominação do homem sobre a mulher. Para as autoras, estudos antropológicos revelam que no início da história da humanidade as primeiras

---

<sup>9</sup> Ver Azevedo (1985) P. 75

sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares, ou seja, organizavam-se em torno da figura da mãe, dado o caráter reprodutivo desta e desconhecida participação do homem no processo de reprodução. Com o passar do tempo, e mais especificamente com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, se estabelecem algumas divisões das atividades entre homens e mulheres. Já quando descoberta a participação do homem na reprodução, tem-se o surgimento da família monogâmica, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. É nesse contexto ainda que se estabelece a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres e no qual também se instaura o patriarcado sendo considerado como “uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres”( NARVAZ e KOLLER, 2006, p.50).

Ainda fundamentando em Narvaz e Koller, (2006) é possível inferir que em termos conceituais o patriarcado pode ser definido como

uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (idem).

Sabendo que existem controvérsias no que se refere ao uso da teoria do patriarcado no campo dos estudos feministas partilha-se aqui da contribuição de Saffioti (2004) quando a autora afirma que o conceito de patriarcado não se resume necessariamente na discussão sobre a diferença entre os sexos, ou seja, na dominação que o homem exerce sobre o corpo da mulher, para além deste aspecto o conceito de patriarcado põe em questão todo um sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher desde a esfera do lar às demais relações sociais. Sob essa ótica é válido trazer a visão da autora, no sentido de compreender que

Embora o patriarcado diga respeito, em termos específicos, à ordem de gênero, expande-se por todo o corpo social. Isto não significa que não existam violências praticadas em, por exemplo, sociedades coletoras. Mas o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social. Ainda que a maioria das definições de gênero implique hierarquia entre as categorias de

sexo, não visibiliza os perpetradores do controle/violência. Desconsiderando o patriarcado, entretanto, o feminismo liberal transforma o privilégio masculino numa questão individual apenas remotamente vinculada a esquemas de exploração-dominação mais amplos, que o promovem e protegem (JOHNSON, 1997 *apud* SAFFIOTI, 2004, p.122).

Diante do que se observa é coerente afirmar que se levando em consideração o patriarcado presente apenas nas relações familiares, de certo, pode-se entendê-lo como uma categoria dispensável para análise da dominação-exploração perpetrada pelos homens contra as mulheres. O que Saffioti (2004) tenta deixar claro, é que o patriarcado não se limita a esfera privada das relações, tem nela apenas a sua origem. Para esta autora o patriarcado para além das relações privadas da família está presente em todas as relações sociais, perpassando a sociedade civil e impregnando-se no Estado. Nas palavras da autora

Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portando, as diferenças entre público e privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada. (p.127).

Para Cisne (2012) a ordem social patriarcal no que se refere à socialização de uma educação sexista contribui em larga medida para perpetuar a ideia de que existem na sociedade papéis e/ou atividades específicas para homens e mulheres, fazendo com que se perpetuem as variadas formas de desigualdade entre homens e mulheres na medida em que põe a mulher em condição de subalternidade em relação ao homem sob o pretexto de que aquela possui características inatas que lhe conferem habilidades para ocupar cargos de menos prestígio e conseqüentemente de menor reconhecimento e valorização na sociedade. Desta forma, percebe-se que para esta autora o patriarcado exerce influência para além das relações sociais entre homens e mulheres, ele contribui, ainda para o exercício do poder masculino sobre a mulher e conseqüente manutenção de um sistema de dominação-exploração em que muitas mulheres estão submetidas.

De acordo com Azevedo (1985) a ordem social patriarcal se particulariza conforme determinação concreta de certos modos de produção. No que toca ao modo de produção

capitalista este conceito pode ser definido como patriarcal-capitalista. E nesse sentido, a autora em questão ressalta a necessidade de usar o termo patriarcalismo capitalista ao invés do termo capitalismo patriarcalista para denotar a anterioridade histórica da dominação patriarcal sobre a formação do capital. Destacando que a reprodução da força de trabalho feminina serve não apenas aos interesses do capital, mas também aos interesses do homem macho.

Para a autora supracitada, o machismo enquanto sinônimo de patriarcado, ideologicamente falando, constitui um sistema de crenças e valores produzidos historicamente com a finalidade de garantir sua superioridade sobre a mulher. Esta autora reforça ainda que

O machismo enquanto ideologia do sexo é, portanto, uma violência simbólica, uma forma de impor, a um destinatário certo, um universo arbitrário de significados que viola seus próprios interesses, sem que ele o perceba. É uma violência sutil, disfarçada, cuja eficácia máxima consiste em fazer com que o polo dominado se convença da inexistência de opressão ou de que a subordinação não apenas é “natural” como *necessária porque benéfica*. (AZEVEDO, 1985, p.55, grifos originais).

Ao que se observa, a ideologia patriarcal de gênero é socializada ainda no seio familiar. Desde o nascimento de uma criança até a sua fase adulta são transmitidos valores que tendem a situá-las em seus “respectivos papéis” na sociedade. A origem da família patriarcal é datada há muitos séculos atrás, e vem ganhando conformações diferentes de geração em geração, perpetuando a supremacia de um sexo sobre o outro, leia-se masculino sobre o feminino. A esse respeito Narvaz e Koller (2006) reportam-se a Pateman (1993) para sustentar a ideia de que existe na sociedade atual um “patriarcado moderno” com uma nova configuração, porém mantido as premissas do patriarcado tradicional.

De acordo Azevedo (1985) o que existe é um “efeito perverso da educação diferenciada”, ou seja, um processo de fabricação de “machos e fêmeas”. Um consenso de valores ideológicos já arraigados na sociedade que vão sendo reproduzidos pelas instituições sociais, a saber: a escola, a família, a igreja, a vizinhança e nos meios de comunicação de massa. Sob essa ótica, todas as pessoas estão sendo socializadas de forma a reproduzir a ideologia patriarcal de gênero, inclusive as mulheres. Nesse sentido, Saffioti (2004) acrescenta que



imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo. (p.102).

Diante do exposto, observa-se que esta a ideologia patriarcal exerce forte influencia ao que se refere à socialização de homens e mulheres, e expressa bem à impossibilidade de estudar o fenômeno da desigualdade e/ou dominação-exploração das mulheres pelos homens utilizando-se apenas de um recorte teórico. É necessário compreender este fenômeno em sua totalidade percebendo os rebatimentos que estas categorias (gênero e patriarcado) exercem sobre uma dada sociedade.

## **1.2 Divisão de classes e divisão sexual do trabalho: Uma abordagem necessária**

Compreendendo que a ideologia patriarcal de gênero exerce forte influencia sobre determinada ordem social, é importante problematizar como estão estruturadas as relações que se estabelecem entre homens e mulheres em um sistema capitalista. Nesta linha de análise, é válido nos reportar a Saffioti (2004) quando a autora situa a história do surgimento das categorias gênero e classes sociais, apontando o surgimento da primeira desde o início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos<sup>10</sup> e a segunda como uma categoria intrínseca ao capitalismo, mais especificamente com o advento da Revolução Industrial. Logo, considera que as classes sociais tem uma história mais recente que o gênero. “Desta forma, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma serie de transformações no gênero são introduzidas pela emergência das classes”. (SAFFIOTI, 2004, p. 115)

É sabido que a classe social é um fator determinante ao que se refere à desigualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido Cisne (2012) pontua a intrínseca relação das questões de gênero, bem como geração, etnia etc. dentro das teias das relações e conflitos da sociedade capitalista. Nesse sentido, é válido acrescentar que

---

<sup>10</sup> Cabe aqui destacar que se trata da categoria gênero enquanto distinção sexual entre homem e mulher, contudo, é somente na década de 1960 que este conceito passa ser utilizado enquanto categoria analítica, que busca compreender as distinções sociais entre os sexos.

Se o feminismo dos anos 1980 alertava – de forma correta – que, sem atenção ao elemento “patriarcal”, a compreensão do funcionamento do próprio capitalismo ficava comprometida, hoje talvez seja necessário lembrar que a análise da dominação masculina não pode ignorar o fato de que ela se dá numa sociedade capitalista. (MIGUEL, 2012, p.97).

Diante destas colocações torna-se necessário perceber que o efeito de uma educação sexista que tende a conferir a mulheres e homens papéis específicos na sociedade irá refletir também de forma extremamente desigual na divisão sexual do trabalho. Desde cedo as mulheres são educadas e socializadas a escolherem tarefas que, sob o pretexto da aptidão natural, as submetem em posições de subalternidade com relação aos homens. É necessário, portanto, perceber historicamente como se dá a apropriação do trabalho feminino pelo capital. Nesse sentido, partilha-se aqui da ideia de Saffioti (2004) quando a autora acrescenta que todos os estudos sobre a força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada apontam sua mais acentuada subordinação, ou seja, quanto mais sofisticado o método de exploração utilizado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo vítimas. Sob este aspecto é válido pontuar que

O triunfo do capitalismo, imperial, neoliberal, militarista e depredador revela uma das formas mais elaboradas do patriarcado, que têm mostrado, nos diversos atentados terroristas, nas últimas guerras e na crescente “feminização” da pobreza, sua pior face. Segundo Prá (2001, p.177), “dentro o mais de um bilhão de pessoas da população mundial que se encontra em extrema condição de pobreza, 70% são mulheres”. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p.51).

É fato que as lutas feministas iniciadas no final do século XX mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram em larga medida para que muitas mulheres questionassem a dominação-exploração sofrida por parte dos seus companheiros, bem como para a sua inserção nos diversos espaços da sociedade em que sua atuação não estivesse limitada ao ambiente doméstico. Bruschini citado por Cisne (2012) avalia a entrada das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, como uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no país desde os anos 1970.

Nesse viés, é importante ressaltar, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho se dá em momento oportuno também para o capital.

Assim, para se compreender criticamente a expansão da feminização do mercado de trabalho, faz-se necessário entendê-la como “parte de um processo mais amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificada com os processos de globalização e de reestruturação produtiva” (ARAÚJO, 2000, p. 133 *apud* CISNE, 2012, p. 120).

Desta forma, a inserção das mulheres no mercado de trabalho é uma realidade que passou a ser vislumbrada a partir do protagonismo do movimento feminista. Contudo, as conquistas e potencialidade positivas para a emancipação das mulheres encontram-se imbricadas nas contradições do movimento do capital. “Percebe-se, como é próprio do capital, que há uma apropriação manipulatória, em seu favorecimento, das lutas do movimento feminista.” (CISNE, 2012, p. 123).

Desde a sua inserção até os dias atuais, as condições de vida das mulheres trabalhadoras ainda permanece precarizada, tendo em vista que muitas delas estão inseridas em atividades de baixo prestígio social, cumprindo duplas ou até triplas jornadas de trabalho quando não são submetidas a diversas formas de violência.

São as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, as mais atingidas por esse modelo econômico e cultural da sociedade, pois elas são exploradas, oprimidas e discriminadas pelo sexo e pela classe, vivendo no limite da sobrevivência com relação às suas necessidades básicas, inclusive, de alimentação. (CISNE, 2012, p.85).

Esta mesma autora cita Mézáros (2002) para problematizar que em 1994 as mulheres constituíam 70% dos pobres no mundo e que devido às determinações causais por trás dos números esta situação das mulheres tende a piorar no futuro previsível. Destaca-se ainda que este não se trata de um fenômeno natural, e sim de determinações causais e que por isso a atenção do movimento feminista deve estar voltada para a luta das mulheres vinculada à luta por uma nova sociedade. Para tanto, torna-se necessário diminuir a distância entre as discussões acadêmicas e as demandas concretas do real.

O que muitos autores vão afirmar é que a luta das mulheres assim como as dos demais movimentos (raça/etnia, gênero, geração, sexualidade) da atualidade deve estar pautada em uma visão mais abrangente da realidade, ou seja, é necessário antes de tudo, reconhecer que ambos estão inseridos em um sistema em que a divisão de classes está estabelecida de maneira bastante desigual. “O que se defende não é a neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que o movimento feminista deve convergir para os aspectos político e social” (CISNE, 2012, p.88). Nesse sentido, é válido pontuar a visão de Saffioti, quando da necessidade

(...) de estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. A razão última para a existência dessas clivagens pode ser encontrada a *(sic)* nível macro. As relações sociais, todavia, se inscrevem no plano entre as pessoas. Eis por que não se pode abrir mão de uma postura teórica que permita o livre trânsito entre o plano macro e o nível micro. Este ir e vir constitui requisito fundamental para a percepção, e posterior análise, da dinâmica social. (SAFFIOTI, 1992, p. 192 *apud* CISNE, 2012, p. 89).

Diante do exposto é possível inferir que a desigualdade entre homens e mulheres além de estar relacionada com o gênero e com a ideologia patriarcal, está também imbricada na divisão de classe e conseqüentemente dentro do modo de produção capitalista nas suas determinações econômicas e sociais. É sabido que as mulheres sofrem discriminações e opressões de gênero, contudo, a classe social é que determina como esta relação é vivenciada por mulheres de condições materiais distintas.

No que toca a divisão sexual do trabalho cabe frisar que a mesma resulta de um sistema patriarcal capitalista no qual as mulheres são inseridas de forma precarizada e desvalorizada em atividades que geralmente são tidas como especificamente femininas. Portanto, a forma de socialização em que geralmente as mulheres são educadas as convencem de que elas possuem características inatas para ocupar cargos aos quais possuem uma aptidão natural. Sob essa ótica, é válido pontuar a visão de Saffioti (2004) ao colocar que as mulheres são “amputadas” para o desenvolvimento do uso da razão e exercício do poder ao serem socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, ao contrario dos homens que são estimulados a desenvolverem condutas agressivas, perigosas e que revelem força e coragem.

Dentro desse contexto, o trabalho feminino é apropriado pelo capital de forma diferenciada com relação ao trabalho masculino. Ambos são explorados, no caso da mulher a exploração é acentuada no momento em que os trabalhos realizados por elas são qualificados como aptidões naturais, e por isso, considerados como dons e não trabalhos propriamente ditos. Nesse sentido vale pontuar que

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera de reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (ANTUNES, 1999 apud CISNE, 2012, p. 112-113).

Analisar a divisão sexual do trabalho possibilita a percepção desta exploração sofrida pelas mulheres que muitas vezes passam despercebidas devido à naturalização da subalternidade e dos papéis desenvolvidos por elas na sociedade patriarcal capitalista. Infere-se ainda que a responsabilidade com o lar contribua para a redução do tempo livre das mulheres dificultando a sua participação em variados espaços da sociedade

Apesar de todos os avanços que já foram galgados nos últimos anos no que toca a minimização da desigualdade entre homens e mulheres ao que se refere à inserção destes no mercado de trabalho, infelizmente, a maioria das mulheres que compõem a classe trabalhadora, ainda está submetida a vínculos empregatícios precários, não recebendo o reconhecimento necessário, chegando a serem remuneradas de forma inferior quando ocupam o mesmo cargo e com a mesma qualificação que uma pessoa do sexo oposto.

Estudos apontam que a mulher do século XXI, de fato, vem ocupando lugares que há muito tempo eram ocupados exclusivamente por homens, porém, esta inserção ainda ocorre de maneira bastante desigual. Pesquisas atuais têm demonstrado que a mulher tem conquistado espaços no mercado de trabalho, contudo, a subalternização do trabalho feminino é uma realidade perversa e que precisa ser questionada.

Um estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo em 2001 revela as condições de vida da mulher brasileira no século atual. Nesse sentido, quando indagadas de como percebem o que é ser mulher nos dias atuais

A maioria associa *espontaneamente* condição feminina à possibilidade de inserção no mercado de trabalho e à conquista da independência econômica (38% e 12%); à liberdade e à independência social de agir como quer, de tomar as próprias decisões (33%), ou ainda a direitos políticos conquistados e à igualdade de direitos em relação aos homens (3% e 8%) – taxas que atingem, respectivamente, 50%, 41% e 10% entre as que consideram que a vida das mulheres melhorou. (VENTUTI, RECAMÁN, 2004, p.19, grifos originais).

No que toca aos componentes negativos que definem a situação atual da mulher, a pesquisa supracitada revelou também que dentre as mulheres que consideraram que a situação feminina piorou destacam-se como fatores ruins: o excesso de responsabilidades, mais especificamente quando da submissão à dupla jornada de trabalho (doméstico e remunerado), as discriminações no mercado de trabalho, tanto no que se refere às funções quanto aos salários, o preconceito social que as situam em lugar inferior em relação aos homens e ainda por considerarem-se mais expostas à violência.

Como exemplos de melhores coisas em ser mulher a pesquisa apontou ainda que 65% das entrevistadas referem-se às relações estabelecidas no âmbito privado, no que concerne a experiência e expectativa com a maternidade, ao papel social de cuidar e educar os filhos. A participação no mundo público foi citada como uma das melhores coisas em ser mulher por 31% das entrevistadas, a possibilidade de estar no mercado de trabalho para 13% e a independência econômica foi pontuada por 9% das entrevistadas. É válido ressaltar que, características tidas como mais femininas, tais como ser sensível, carinhosa, solidária, forte, guerreira, foram apontadas por 23 % como principais virtudes de ser mulher. (VENTUTI, RECAMÁN, 2004).

Contraditoriamente, os dados da pesquisa citada, revelam que o mundo privado, foi apontado pela maioria das mulheres entrevistadas como o ambiente onde acontecem as piores experiências da condição feminina.

Enquanto referencias ao mundo público, como a discriminação social machista (18%), a discriminação no mercado de trabalho (14%) e outras, foram citadas por um terço das mulheres, 61% deram exemplos referidos às suas principais experiências privadas: o peso das tarefas domésticas (11%), o acúmulo de responsabilidades na criação dos filhos (9%), a violência conjugal (11%), a saúde (14%), o casamento e a relação com o marido (16%), enfim, o conjunto complexo de tarefas e obrigações que socialmente as mulheres têm em relação à instituição familiar ou inseparáveis da condição ou expectativa da maternidade. (VENTUTI, RECAMÁN, 2004, p.20).

Diante do panorama exposto, percebe-se que a internalização da ideologia patriarcal de gênero ainda é uma constante na vida das mulheres brasileiras, e a pesquisa demonstra que, embora a insatisfação com a vida doméstica seja latente, a maioria das mulheres entrevistadas identifica este espaço como uma dimensão importante para as suas vidas.

A ambiguidade da valorização/rejeição da família apenas denuncia a situação de exploração vivida pelas mulheres, refletindo a contradição de ter o olhar voltado para o mundo público e, ao mesmo tempo, ter de assumir as responsabilidades e cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual. (VENTUTI, RECAMÁN, 2004, p.20).

Em se tratando da inserção das mulheres no mercado de trabalho, dados da mesma pesquisa revelam que a maioria das mulheres entrevistadas, independente da sua condição afetiva, social e econômica preferem trabalhar fora de casa e dedicar-se menos as atividades domésticas em busca de autonomia. Porém, o mesmo estudo, revela que a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre de forma bastante precarizada, sem contar que a mudança de postura dos homens com relação à realização das atividades domésticas não sofre tanta mudança em decorrência da entrada da mulher no mercado de trabalho. Ou seja, a mulher continua sendo submetida a duplas ou triplas jornadas de trabalho, dentro e fora do lar.

Em suma, entre os casais brasileiros, se quase a totalidade dos homens são provedores (93%) e praticamente a totalidade das mulheres executa ou chefia as tarefas domésticas (96%), quase a metade das mulheres também é provedora (45%), contra apenas um quinto dos homens que participam do trabalho doméstico (19%). Esse grau de desigualdade na divisão sexual do trabalho social torna evidente como o peso da dupla jornada, com o acúmulo

dos trabalhos remunerado e não remunerado, tem recaído sobre as mulheres que, por vontade ou necessidade, avançam em direção a sua autodeterminação. (Idem, 2004, p.20).

Saffioti (2004) analisando os dados da pesquisa supracitada analisou que quando indagadas sobre as mais importantes diferenças entre homens e mulheres 34% das entrevistadas referiram-se ao mercado de trabalho, 13% especificaram os diferenciais salariais para a mesma função, 13% apontaram as discriminações que pesam sobre elas e 7% reclamaram sobre os efeitos destas discriminações, de sua desvalorização, ou seja, de um mercado de trabalho mais aberto aos homens.

Azevedo (1985) analisando os dados fornecidos pelo censo demográfico sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, ainda entre 1920 e 1983, constatou que esta inserção, embora tivesse sofrido um crescente aumento no período mencionado (superior à inserção masculina) não proporcionou mudanças significativas no mercado de trabalho – ainda predominava o sexo masculino nos postos de trabalho. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho, estava longe de se configurar de maneira justa e igualitária.

*Segregação profissional, diferenciação salarial e precariedade ocupacional* são ainda as características marcantes da condição feminina no mercado de trabalho brasileiro. Todas elas resultam da *divisão sexual do trabalho*. Se, como aponta Bruschini (1985), o aumento da participação feminina no mundo do trabalho está diretamente relacionado com a deterioração dos salários – gerando necessidade de complementar a renda familiar -, com a mudança de valores sobre o papel da mulher e com o impacto social do movimento feminista as estatísticas mostram que a inserção da mulher ainda se faz em bases discriminatórias, a nível de Brasil. E essa discriminação é ainda maior se a mulher for negra, se for chefe de família, etc. (AZEVEDO, 1985, p.90, grifos originais).

Ainda que esta seja uma realidade vivenciada na década de 1980, a crença de que esse quadro mudou nos dias atuais pode ser considerada irreal. Várias pesquisas atuais revelam o quanto que ainda as mulheres são excluídas do mercado de trabalho, principalmente aquelas oriundas das classes mais pobres. E, quando conseguem uma inserção no mercado de trabalho, na maioria das vezes estão ocupando cargos tipicamente femininos, logo, desprestigiados e mal remunerados, como atividades de empregadas domésticas, lavradoras, operárias, balconistas, etc.



Dados do IBGE (2012) em pesquisa que buscou identificar a condição da mulher no mercado de trabalho entre 2003 e 2011 revelou que a população feminina além de ser quantitativamente maior que a masculina, encontra-se em maior número fora do mercado de trabalho. A pesquisa apontou ainda que as áreas de ocupação em que a participação da mulher é superior a dos homens referem-se às atividades ligadas a administração pública e ao trabalho doméstico. Ainda que se tenha notado um crescimento da participação feminina em outros setores (comércio, indústria, serviços prestados a empresas) a maioria destes ainda é ocupado por homens. Cabe ainda pontuar, que embora no período estudado o percentual de mulheres inseridas em atividades domésticas tenha caído, este espaço é ainda ocupado predominantemente por elas.

O predomínio da presença feminina na administração pública manteve-se estável nesses 8 anos, seguido pela ocupação das mulheres no comércio. Por outro lado, caiu o percentual de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, de 16,7% para 14,5%: queda de 2,2 pontos percentuais. Em 2003, dos homens ocupados, 21,9% estavam no comércio, caindo para 19,6% em 2011. A população ocupada masculina manteve-se praticamente estável na indústria e nos outros serviços (IBGE, 2012, p. 5).

No que se refere à remuneração, as mulheres durante todo o período estudado recebiam menos que os homens em quase todas as ocupações, mesmo quando possuíam um maior nível de escolaridade.

Configurando-se como um pequeno recorte da realidade os dados obtidos numa pesquisa<sup>11</sup> realizada no centro regional de referência da mulher Maria Joaquina no município de Cruz das Almas – local da pesquisa que é base deste trabalho – apontou que a maioria das mulheres atendidas pela referida instituição está inserida em atividades que exigem pouca qualificação e, conseqüentemente baixa remuneração encontrando-se em situação de vulnerabilidade econômica, conforme evidencia a tabela abaixo.

---

<sup>11</sup> Pesquisa intitulada: *Mapeamento do perfil socioeconômico das mulheres vítimas de violência no recôncavo baiano* de minha autoria juntamente com Ana Claudia Dias de Oliveira, Michele Mota Souza e Simone Brandão Souza, apresentada no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social – ENPESS.

<b>Profissão</b>	<b>Total</b>	<b>Profissão</b>	<b>Total</b>
Doméstica	21	Babá	1
Dona de Casa	12	Representante de vendas	1
Trabalhadora Rural	8	Coordenadora escolar	1
Professora	7	Comerciante	1
Estudante	6	Manicure	1
Auxiliar de Serviços Gerais	4	Funcionária Publica	1
Desempregada	4	Garçonete	1
Aposentada	3	Administradora	1
Costureira	3	Safrista	1
Lavadeira	2	Designer de ambiente	1
Operadora de caixa	2	Confeiteira	1
Vendedora	2	Auxiliar Administrativo	1
Secretária	2	Tec. de Enfermagem	1
Operária	2	Cabeleireira	1
Charuteira	2	Não informado	45
<b>Total</b>			<b>139</b>

TABELA 1: profissões das mulheres atendidas pelo CRRMMJ.

FONTE: Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina.

Diante do exposto, argumenta-se que uma total emancipação da mulher só será possível quando a socialização fundamentada numa visão patriarcal de gênero for rompida e quando for vislumbrado um modelo de sociabilidade em que sejam oferecidas condições igualitárias de sobrevivência para homens e mulheres. Apesar da mulher ter alcançado uma certa autonomia financeira, os papéis de gênero construídos socialmente, ainda permanecem reproduzidos. Destaca-se também, que muitas mulheres quando não dependem financeiramente dos seus companheiros, estão submetidas a uma dependência emocional, esta que contribui sobremaneira a permanência da mulher na relação violenta, configurando-se como um reflexo da relação dominação x exploração do homem sobre a mulher. Nesse sentido, cabe frisar ainda, que o fenômeno da violência contra as mulheres encontra suas bases nessa forma de socialização e a superação desse sistema é condição necessária para o enfrentamento dessa problemática. Sobre esse assunto trataremos com maior precisão no capítulo seguinte.

## 2 APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*“A liberdade jamais é dada pelo opressor. Ela tem que ser conquistada pelo oprimido”*  
(Martin Luther King).

### 2.1 Do conceito de violência utilizado e a violência contra as mulheres

Traçar uma conceituação para violência é tarefa essencial para se conhecer o fenômeno aqui estudado, dessa forma, é importante salientar que esta se caracteriza como uma categoria cuja conceituação é diversa e a pluralidade decorre da sua massiva utilização, seja pela mídia ou ainda nos debates acadêmicos nas mais diversificadas áreas de conhecimento. Nesse sentido é válido frisar que

(...) O termo, tal como usado, denota grande alargamento de nomeações, que vão desde as formas mais cruéis da tortura e do assassinato em massa, até aspectos mais sutis, mas considerados opressivos na vida moderna cotidiana, como a burocracia, a má distribuição de renda, certas normas culturais, entre outros. (SCHRAIBER e D'OLIVEIRA, 1999, p.12).

Por meio da historicidade, sabe-se que a violência não é um fenômeno novo, mas sim uma prática remota que emerge simultaneamente sob novos arranjos socioculturais. Nesse sentido ODÁLIA (2004, p.13) afirma que “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces”.

Acreditamos ser necessário apontar algumas conceituações para o referido termo a fim de justificar a sua utilização posteriormente relacionada à questão de gênero. Nesse sentido, as conceituações de violência elencadas aqui se referem a questões diversificadas que estão presentes na vida do ser humano desde as relações cotidianas àquelas de ordem macrossocietárias. Sob essa ótica é válido pontuar que

Alguns pesquisadores que estudam a violência em geral propugnam definições abrangentes quanto ao contexto social, que levem em conta a chamada “violência estrutural” (Habermas, 1980; Joxe, 1981; Minayo, 1994; Bourdieu, 1995). Minayo (1994), definindo o campo de estudo da violência para a Saúde Pública, chama a atenção para a violência imperceptível, embutida na sociedade, determinada pela apropriação desigual de bens e informações, que formaria uma rede menos aparente de violência, já que seriam “visíveis” apenas episódios mais agudos, como a violência física explícita. Para ela, a rede em seu todo é composta pela delinquência, em seus aspectos rapidamente reconhecidos como violência, entre eles ferimentos, assassinatos e mortes; pela violência estrutural do Estado e das instituições que reproduzem as condições geradoras da violência; e pela resistência às condições de desigualdade, que algumas vezes se expressa também pela agressão física. Estas três formas articular-se-iam em rede e estariam conectadas. (SCHRAIBER e D'OLIVEIRA, 1999, p.12).

Nesse sentido, ainda é possível demarcar algumas definições para violência encontradas, ressaltando-se seu aspecto invisibilizado referente àquela que não necessariamente ocorre com a utilização da força física. Reportando-se a Azevedo (1985) observa-se a alusão que a autora faz a DaMatta (1982) quando este autor discorre que

(...) no Brasil, o discurso teórico erudito concebe a violência como “um processo que permeia o sistema (...) um estado da sociedade”, enquanto o discurso do senso comum ou popular concebe a violência como “briga, agressão ou conflito visualizando-se frequentemente dois seres em luta ou ação física (...). Portanto, o senso comum percebe e classifica o violento como sendo um modo de ação (...) uma resultante de um desequilíbrio entre fortes e fracos”. (DAMATTA, 1982 *apud* AZEVEDO, 1985, p.17).

Diante desta referencia, torna-se imprescindível pontuar que para o autor citado, ambas as conceituações – erudita e popular – possuem um significado histórico que precisam ser levados em consideração. Ressalta que as duas visões são complementares, tendo em vista que a caracterização de violência trabalhada no discurso erudito vincula-se estritamente àquela que está relacionada ao sistema como um todo em detrimento daquela propagada pelo senso comum, quando da aplicação direta da força física. O desafio que se coloca é compreender o fenômeno da violência nos seus aspectos primordiais – uso da força física – relacionando-o aos aspectos gerais de natureza socioeconômica e política.

É justamente este esforço que vários teóricos vão fazer na tentativa de conferir uma definição mais abrangente para a violência. Nesse sentido Azevedo (1985) reporta-se a Chauí (1985) quando a autora conceitua que

Entendemos por violência uma realização determinada das relações de força tanto em termos de classes sociais quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (AZEVEDO, 1985, p.18 *apud* CHAUI. 1985).

Semelhante aos conceitos apresentados, trazemos ainda a conceituação para violência utilizada por Minayo configurando-se como aquela que elegemos enquanto norteadora desta pesquisa, a qual a autora denomina por violência estrutural, caracterizada como

[...] aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos (...) que conduzem à opressão de grupos, (...), aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte. (MINAYO, 1994, p. 08).

Partindo desse pressuposto, consideramos que a violência que atinge as mulheres é uma nuance da violência estrutural conforme aponta Minayo (1994) e que está presente nos diversos espaços de socialização em que estas estão inseridas. Contudo, é importante sinalizar que a expressão “violência contra as mulheres” de acordo com SCHRAIBER e D'OLIVEIRA (1999) foi evidenciada pelo movimento feminista há pouco mais de vinte anos, referindo-se a diversas situações que vão desde a violência física propriamente dita àquelas de ordem psicossociais. Nesse sentido, Azevedo (1985) afirma que é possível demarcar o campo semântico do conceito de violência contra a mulher enquanto forma específica de violência interpessoal, perpetrada majoritariamente pelo homem e dirigida à mulher.

A prática da violência contra mulheres foi a mola propulsora para que o movimento feminista, no Brasil, com o apoio de diversos movimentos sociais na década de 1970 saíssem para as ruas em clamor a favor da vida das mulheres. De acordo com Blay (2003), por muito tempo a violência contra mulheres, até mesmo o extremo do homicídio, era justificado sob o pretexto da punição por amor. Ou seja, ao homem era conferido um poder de “castigar” a sua esposa quando esta transgredisse os seus ditames. Sob esse aspecto é válido frisar ainda que quando essa transgressão referia-se ao adultério cabia ao marido lavar a sua honra, tirando a vida da mulher adúltera e essa prática era atenuada pelo código criminal de 1830. Por outro lado o ato do adultério praticado por um homem era tido como concubinato e por isso não era considerado transgressão e/ou desrespeito a moral da família. Já o código civil de 1916 alterou estas disposições, considerando o adultério praticado por ambos os cônjuges razão para desquite. Contudo essa alteração não foi suficiente para a mudança de postura do marido em relação a prática do homicídio contra sua companheira. Nesse sentido é válido pontuar a visão de Blay (2003) quando a autora afirma que

Um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos voltou a ocorrer na década de 1970, tendo seu auge após 1930 de dezembro de 1976, quando Angela Diniz foi morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar. (...) A morte de Angela e a libertação de seu assassino levantaram um forte clamor das mulheres que se organizaram em torno do lema: “quem ama não mata”. Pela segunda vez na história brasileira, repudiava-se publicamente que o amor justificasse o crime. (p.88-89).

Rocha (2007) citando Saffioti e Almeida (1995) afirma que dentre outras características a violência de gênero tem as seguintes particularidades: visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de papéis sociais sexuais que conferem lugar de subalternidade ao gênero feminino; e amplia-se e reatualiza-se de forma proporcional em que o poder masculino se vê ameaçado. Em outras palavras, o fenômeno da violência contra mulheres configura-se como um fenômeno cultural, social, político e econômico. Na medida em que as mulheres passam a questionar o seu lugar subalterno na sociedade o homem utiliza-se da violência em suas variadas formas para a garantia do uso do poder que lhes fora conferido nas relações sociais. “A violência, decorrente das contraditórias relações de classe, de gênero e étnico-raciais, é estrutural, constitutiva dos sistemas de dominação e exploração, e sua utilização é um dos mecanismos também empregados para

conservar relações de poder”. (ROCHA, 2007, p. 13) Nesse sentido, Azevedo (1985) reporta-se a Saffioti (1984) quando esta autora afirma que

Nem sempre, todavia, a ideologia é suficiente para garantir a supremacia masculina. Os homens recorrem, com frequência, à força física para assegurarem o seu domínio. A violência física aparece, como fator coadjuvante no processo de simbolização do poder masculino. (SAFFIOTI, 1984 *apud* AZEVEDO, 1985, p.56).

Sabendo que a violência de gênero pode se expressar em diversas modalidades, destaca-se pela sua magnitude a violência doméstica, mas especificamente a violência conjugal. Ou seja, a maioria dos casos de violência contra a mulher ainda pode ser identificada dentro dos lares em que residem as vítimas e agressores. Quando se trata da violência doméstica não se pode deixar de falar daquela que segundo Noronha *et al* (2012) acomete “uma a cada três mulheres em todo o mundo”, configurando-se como o tipo mais generalizado de abuso aos Direitos Humanos. Nesse sentido também é válido pontuar o que vem a ser a violência contra a mulher definida em 1993 na Assembleia Geral das Nações Unidas: “Qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou sofrimento para a mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, quer ocorra em público ou na vida privada”.

A esse fenômeno, deve-se enfatizar que, a ideologia que apresenta o ambiente familiar como espaço privado, sagrado onde as relações são sempre harmoniosas balizadas por carinho, amor e proteção contribui para naturalizar e despolitizar o problema em questão. Nesse sentido, Rocha (2007, p.31) acrescenta que “a família é uma instituição social, perpassada pelas contradições e interesses em luta na sociedade, produto do conjunto de suas determinações, ao mesmo tempo em que constitui uma das mediações que contribuem para a reprodução dessas determinações”.

A naturalização da violência doméstica, portanto, esteve estritamente ligada à noção de público e privado. Segundo Rocha (2007) as ideologias da intimidade e do individualismo propagadas pelos teóricos do liberalismo e da democracia na era moderna, especificamente Lucke e Rousseau, evidenciaram a distinção entre público e privado, sendo que o primeiro estava relacionado ao político, fundado no contrato social e o segundo voltava-se para o mundo doméstico, no qual as relações familiares estavam baseadas em um contrato sexual, e subordinava as mulheres aos seus maridos. Sob essa ótica é que a produção teórica decorrente

das lutas feministas vem buscando derrubar esse pensamento e desvelar a complementaridade entre as referidas esferas.

Há atividades públicas e atividades privadas acontecendo simultaneamente em todos os espaços sociais. A própria família, tida como *locus* privilegiado, nunca proporcionou total privacidade a seus membros nem a distribuiu uniformemente entre eles. (SAFFIOTI, 1999: 157 *apud* ROCHA, 2007, p. 32).

Esta concepção de que a vida doméstica é estritamente privada e por isso cabe aos seus membros à resolução dos conflitos sem uma intervenção externa é que conferiu durante muitos anos a disseminação de um ditado popular sustentando “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. E esta relação por muito tempo dificultou o rompimento do ciclo de violência por parte da vítima, esta que se via sem estruturas ou mecanismos de apoio e ajuda, pois a violência a qual era acometida era entendida como um problema de ordem familiar e por isso não carecia de uma intervenção estatal.

Diante desta problemática, a ação dos movimentos feministas no que toca ao enfrentamento da violência e todas as formas de discriminação e opressão sofridas pelas mulheres visava ainda explicitar a necessária articulação entre as esferas pública e privada objetivando denunciar a violência de gênero enquanto uma violação aos direitos humanos das mulheres denotando a necessidade de criação de políticas de proteção às mesmas. Nesse sentido Rocha (2007) acrescenta que em virtude das conquistas obtidas pelo movimento feminista quando do questionamento e crítica a relação público versus privado e ao doméstico versus político ocorreu uma crescente publicização da violência de gênero, em especial da violência doméstica, conferindo-lhe um novo sentido: a violência doméstica deixa de ser um fenômeno de ordem íntima e privada do lar e passa a ser considerada como um problema político, configurando-se como uma das mais graves expressões da questão social no Brasil, dispensando dessa forma uma maior atenção e interferência por parte de Estado e da sociedade. Dito isso, frisa-se ainda que

Os movimentos feministas, em conjunto com outros setores da sociedade civil, colocaram para o país a necessária intervenção do Estado para coibir esse problema, por meio da proposição de políticas públicas que visavam ao atendimento, em várias dimensões, das mulheres em situação de violência e



a sua prevenção. Utilizando as formulações de Bourdieu (1990), é válido afirmar que essa passagem da violência de gênero e da violência doméstica do âmbito ‘doméstico’ / ‘privado’ ao ‘público’ acontece pela mediação de sistemas de agentes e processos, superando a atomização em que se encontram os indivíduos que passam a constituir grupo, ‘agente social’. As organizações feministas são exemplos desses sistemas de agentes. Esse processo amplia para cada mulher as possibilidades de resistir e empreender um processo de ruptura diante das relações violentas vivenciadas. (ROCHA, 2007, p. 47).

As lutas sociais travadas até aqui favoreceram em larga medida a efetivação da denúncia de violência por parte das mulheres. Talvez seja por esse motivo que cresceu e a cada dia cresce o número de queixas realizadas por mulheres quando estas são submetidas a algum tipo de violência. De certa forma a mudança de entendimento que coloca o âmbito doméstico como lugar em que ocorrem relações públicas e privadas e por isso passível de intervenção do Estado e da sociedade civil, favoreceu a criação de vários mecanismos, os quais, ainda que insuficientes, conferem certa segurança a mulher quando da realização da denúncia.

Nesse limiar, considera-se vasta a quantidade de pesquisas que têm demonstrado a triste realidade violenta vivenciada por numerosas mulheres na maioria das vezes dentro da própria casa. Sob esse aspecto Noronha e Dourado (2012, p. 151) afirmam que “No Brasil contemporâneo há, sem dúvida, um padrão de morte diverso conforme o gênero: as mulheres são assassinadas preferencialmente em sua própria residência tendo como principal autor o marido, ex-marido, namorado ou ex-namorado (...)”.

Para ilustrar a afirmativa acima é possível citar os dados disponibilizados pela Fundação Perseu Abramo em 2004 e sistematizados por Saffioti (2004) os quais revelaram que

Falando espontaneamente, 19% das entrevistadas declararam ter sofrido alguma modalidade de violência perpetrada por algum homem. (...) A coisa muda de figura quando as mulheres são estimuladas pela menção de diferentes tipos de violência: 43% afirmaram ter sido vítimas de alguma forma deste fenômeno. Um terço (33%) referiu-se a episódios de violência física; 24% alegaram ter tido seu direito de ir e vir cerceado, sob a ameaça de uma arma. As agressões propriamente ditas foram confirmadas por 22% das mulheres; 13% tendo sofrido estupro conjugal ou outra forma de abuso sexual. As modalidades mais frequentes de violência são as físicas leves, sofridas por 20% das mulheres, 18% havendo vivenciado violência psíquica sob a forma de ofensas a sua conduta moral; e 15% tendo relatado quebra de objetos, roupas rasgadas. Ainda, 12% foram ameaçadas diretamente e ouviram ameaças a seus filhos. A mesma proporção (12%) relatou violência

psicológica por meio do desrespeito e da desqualificação permanentes, com referência ao trabalho exercido pelas mulheres, seja fora, seja dentro do lar. Espancamentos mais graves, com cortes, deixando marcas ou fraturas, ocorreram a 11% das mulheres. Pouco mais de um décimo (11%) delas reclamou de relações sexuais forçadas, 11% sofreram assédio sexual e 11% ouviram críticas sistemáticas com relação ao seu desempenho do papel de mãe. Cárcere privado foi imposto a 9% das mulheres; ameaças com arma de fogo atingiram 8% delas; e 6% foram obrigadas a desempenhar práticas sexuais não-usuais, que as desagradavam. (p.55).

No que se refere ainda ao índice de mortes das mulheres no país o Mapa da violência que trata do homicídio de mulheres de autoria de Waiselfisz (2012) aponta que no período que compreende os anos de 1980 a 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres, sendo 43,7 mil destas só na última década. Ressalta que o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, representando um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

Quando se reporta as circunstâncias dos homicídios a referida pesquisa revela que as armas de fogo ainda se configuram como o principal instrumento dos homicídios, tanto femininos quanto masculinos, só que em proporção diversa: nos masculinos, representam quase 3/4 das ocorrências, enquanto nos femininos pouco menos da metade. Já outros meios, além das armas de fogo, como objetos cortantes, penetrantes, contundentes, sufocação etc., que exigem contato direto, são mais expressivos quando se trata de violência contra a mulher, o que pode ser indicativo de maior incidência de violência passional.

Reportando-se ao local de ocorrência dos homicídios os dados apontam ainda que com relação aos homens apenas 14% ocorreram no local de residência já em relação às mulheres essa taxa aumenta para 41%, ou seja, dentro do ambiente doméstico ocorrem mais homicídios de mulheres do que de homens. Aqui também é válido ressaltar que quando se tratam desses dados a pesquisa não aponta o perpetrador do ato, por isso os homicídios que acometem os homens no ambiente doméstico podem ou não terem sido praticados por uma mulher.

A referida pesquisa revelou também os dados de homicídios de mulheres distribuídos entre os Estados do país. Nesse viés é importante demarcar que a Bahia figura em 6º lugar no Ranking<sup>12</sup> de assassinatos de mulheres tendo a taxa equivalente a 6,1 representando 433 homicídios a cada 100 mil mulheres. Quando nos reportamos as capitais, a cidade de Salvador

---

<sup>12</sup> O estado do Espírito Santo aparece em primeiro lugar na pesquisa com uma taxa de 9,6 homicídios em cada 100 mil mulheres, seguido por Alagoas, Paraná, Pará e Mato Grosso do Sul, com taxas respectivamente iguais a 8,3 – 6,4 – 6,1 – 6,1. O último Estado a aparecer no Ranking é o estado do Piauí com uma taxa de 2,5 a cada 100 mulheres. Para melhor ilustração, ver Waiselfisz (2012) p. 11.

– capital baiana – ocupa o 5º lugar com taxa de 8,3 representando 118 mulheres assassinadas a cada 100 mil mulheres no país.

Com relação à faixa etária a maioria das mulheres assassinadas no país entre 2000 e 2010 concentra-se na faixa que compreende 15 e 29 anos, com preponderância para o intervalo de 20 a 29 anos, ou seja, a maioria das mulheres assassinadas no país segundo o Mapa são mulheres jovens, dado que nos faz inferir que além de uma dependência financeira pode coexistir uma dependência emocional desta com relação ao companheiro.

Através dos atendimentos de mulheres vítimas de violência pelo sistema de saúde, a pesquisa conseguiu identificar a relação da vítima com o agressor: quando se trata de meninas com até 9 anos de idade, os pais figuram como os agressores quase exclusivos, já tratando-se de meninas em idade entre 10 e 14 anos os pais são os principais autores. E nas idades iniciais até os 4 anos se destaca a figura da mãe como principal agressora. O papel paterno no que se refere à agressão, aos poucos vai sendo transferido para o cônjuge e/ou namorado, os quais se configuram como os principais agressores de mulheres entre 20 e 59 anos. Os filhos destacam-se como principais agressores nos casos de mulheres que tenham mais de 60 anos, representando a realidade cruel vivenciado no país de filhos violentarem seus próprios pais.

Já com relação aos tipos de violência foi possível identificar que a violência física é a preponderante, representando 44,2% dos casos. A psicológica ou moral figura acima de 20%. Já a violência sexual é responsável por 12,2% dos atendimentos. Ressalta-se ainda que a violência física adquire destaque a partir dos 15 anos de idade da mulher. Já a violência sexual é a mais significativa na faixa de 1 até os 14 anos, período que apresenta significativa concentração.

Reportando-nos para a realidade estudada neste trabalho – O Recôncavo baiano - Oliveira *et al* (2012) em pesquisa já citada, demonstra que este cenário de violência contra a mulher se repete também nesta região. Ainda que se trate de um simples recorte da realidade local foi possível observar algumas características socioeconômicas das mulheres em situação de violência no recôncavo baiano. Destarte, no que diz respeito à faixa etária, 6% dos casos envolveram mulheres de 10 a 20 anos, 29% mulheres de 21 a 30 anos, 29% de 31 a 40 anos, 22% de 41 a 50 anos, 9% aquelas entre 51 a 60 anos e acima de 61 anos apenas 2%. O percentual que não informou a faixa etária representa 2% da população pesquisada. Ao somarmos as maiores taxas encontradas evidenciamos que as mulheres, na faixa etária de 21 a 40 anos são as que mais sofrem violência, somando 58% do total pesquisado.

Ao analisar o parentesco dos agressores com a vítima, a pesquisa apontou que 64% dos casos foram praticados pelo cônjuge/companheiro, 18% pelo ex-cônjuge/ex-companheiro, 3%

pelo pai, 2% por irmão, 1% pelo sobrinho, 1% por enteado, 8% por outros (ex-nora, cunhado, vizinho, sogra, etc.) e 1% não informou. Dessa forma, a maior parte dos casos de violência que é perpetrada contra as mulheres ocorre no ambiente doméstico ou familiar, sendo na maioria das vezes praticado pelo companheiro ou ex-companheiro.

Referindo-se aos tipos de violência a pesquisa mostrou que 41% dos casos referem-se à violência física, dentre os quais se registra um homicídio, 34% violência psicológica, 12% moral, 6% verbal, 4% sexual, 2% patrimonial, 0,5% institucional e 2% não informaram. Nesse sentido é oportuno apresentar a contribuição de Azevedo (1985) quando a autora afirma que a violência física é como uma *ponta de um iceberg*, que quando esta se manifesta várias outras formas já foram praticadas, seja a moral, psicológica, dentre outras. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de compreender que os casos de violência física, que são alarmantes, denunciam outras formas de violência que são praticadas contra as mulheres e que muitas vezes permanecem no anonimato para preservar a falsa noção de que no ambiente familiar não ocorrem coisas ruins, como a violência, por exemplo. Cabendo portanto, ações que visem desconstruir a noção de esfera pública e privada, sendo a violência contra a mulher enquadrada nessa última e, portanto, dificultando o conhecimento e possível enfrentamento dos casos.

Diante do exposto, podemos argumentar que a violência contra a mulher é um fenômeno histórico e que ainda continua fazendo um grande número de vítimas, fato que requer maior atenção por parte do Estado bem como da sociedade civil. É nesse sentido que nas últimas duas décadas o país vivencia uma maciça intervenção do Estado, seja na criação de mecanismos para o enfrentamento dessa problemática seja ainda para a punição do agressor.

## **2.2 Políticas Públicas para as mulheres e os mecanismos de enfrentamento à violência**

Antes de falarmos sobre o papel do Estado Brasileiro no que se refere à criação de mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres no país é válido pontuar a visão de Azevedo (1985) quando a autora demarca as primeiras mobilizações a nível mundial sobre essa questão.

Em termos de alternativas de solução, o pioneirismo inglês merece registro. Convencida de que as medidas legais de tipo penal (denúncia e condenação do agressor) ou de tipo civil (divórcio para a mulher) eram remédios paliativos que apenas permitiam combater alguns sintomas do mal, Erin Pizzey fundou em Chiswick (1971) a primeira casa de refúgio para mulheres vítimas de maus-tratos. (p. 29).

Nesse sentido, cabe ainda frisar a contribuição de Rocha (2007) ao sublinhar que a criação deste e dos primeiros abrigos para as mulheres se deram por iniciativas do movimento feminista com recursos comunitários e alternativos e atuavam na perspectiva de oferecer refúgio e segurança às mulheres que vivenciavam a violência juntamente com seus filhos.

Ainda de acordo com Rocha (2007) nas últimas duas décadas a temática de gênero passou a ser inserida em documentos e conferências das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos em decorrência das lutas dos movimentos feministas que se travaram em todo o mundo desde a década de 1970. Sob este aspecto, podemos destacar os resultados das quatro conferências Mundiais sobre a Mulher ocorridas respectivamente em 1975 no México; 1980 em Copenhague; 1985 em Nairobi; e 1995 em Beijing, bem como a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher – CEDAW em 1979; a Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, em 1993; as resoluções 48/104, de 1993 – Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, e 58/147, de 2003, que tem como objeto a violência doméstica contra mulheres e meninas, ambas da ONU; e a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a Mulher que se trata da Convenção de Belém do Pará realizada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos.

No que tange a criação de equipamentos de proteção e/ou atendimento a mulher vítima de violência e organismos que visassem à igualdade de gênero, segundo BLAY (2003) verifica-se que no Brasil estes foram criados ainda na década de 1980 tomando como exemplo o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina no estado de São Paulo em 1983 e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) em 1985. Contudo, é oportuno pontuar a visão de Rocha (2007) quando a autora evidencia que uma das lutas do movimento feminista foi dar visibilidade a questão da violência de gênero enquanto questão de intervenção do Estado no que tange a oferta de outros serviços especializados para o trato dessa demanda e que a proposta de combate à violência contra as mulheres não permanecesse limitada aos trabalhos desenvolvidos pelas DDM'S.

Para tratar com maior precisão do caso brasileiro podemos inferir que foi justamente na década de 1990 que o Estado brasileiro começou a assumir seu papel, estabelecendo políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, sendo signatário de algumas intervenções mundiais, já citadas. Contudo, no caso brasileiro, são destacáveis três momentos de grande relevância.

O primeiro refere-se à Conferência Mundial sobre direitos Humanos, na qual foi elaborada a Declaração de Viena de 1993, que se configurou como o primeiro instrumento internacional a tratar dos direitos humanos da mulher, considerados inalienáveis e universais. Foram abordadas ainda questões referentes à violência contra mulher, prevendo-se os tipos e as formas de enfrentamento da mesma.

O segundo momento está vinculado à Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher, conhecida também como Convenção de Belém do Pará. Ela foi promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995. Esta convenção representa um marco contextual e conceitual para a violência de gênero, pois, define o conceito de violência contra mulher, que passou a ser entendido como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause ou possível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Este conceito é similar ao utilizado pela Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher da Organização das Nações Unidas, conhecida por CEDAW.

A CEDAW representa o terceiro momento vivenciado por todo o mundo e que impulsionou o Estado Brasileiro a entrar na luta pelo fim da violência contra as mulheres. A mesma define, mas, não limita as três áreas de abrangência da violência contra a mulher, que seriam: a que ocorre no âmbito familiar, a de âmbito comunitário e aquela praticada pelo Estado, por meio de seus agentes. O Brasil ratificou esta convenção em 1984 e é válido frisar, que a Constituição Federal Brasileira de 1988 incorpora aos direitos e garantias àqueles estabelecidos com os acordos entre Brasil e os órgãos internacionais supracitados. Aqui é oportuno destacar ainda que

(...) uma política nacional visando garantir a articulação de ações entre os diferentes níveis e órgãos de governo e serviços só ganhou concretude em 1996, quando foi lançado, no dia 8 de março, o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). (ROCHA, 2007, p.107).

A partir de 1985 até o ano de 2002, a criação de DDM'S que posteriormente passaram a ser intituladas como Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM'S) e as Casas-Abrigo se configuraram como os principais instrumentos da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, cuja ênfase, portanto, estava na segurança pública e na assistência social. Esse foco constituiu também a base do Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, sob a gerência da Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM), criada em 2002 e vinculada ao Ministério da Justiça.

O ano de 2003 foi marcado pela criação da Lei 10.778/03 que representou um novo avanço com o estabelecimento da Notificação Compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde, públicos ou privados. Neste mesmo ano também vislumbrou-se a criação por meio da lei nº 10.683, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), vinculada diretamente a Presidência da República, tendo por competência assessorar a presidência na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, dentre outras atribuições.

A partir da criação da SPM-PR em parceria com o movimento feminista e demais movimentos sociais sensíveis à causa, desenvolveu-se o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) tendo por objetivo apoiar ações de prevenção e combate à violência de gênero de forma especializada em articulação com os poderes públicos, com o intuito de estabelecer uma rede de atenção à mulher vítima de violência ou que vive em situação de violência, articulando serviços de saúde, educação, assistência social, segurança pública, dentre outras, com a finalidade de ampliar o efetivo acesso de mulheres as políticas públicas. Com a criação do PNPM as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringiram às áreas da segurança e assistência social, mas buscaram envolver diferentes setores do Estado no sentido de garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência. (POLÍTICA, 2011).

Dentro deste plano foram criadas estruturas para subsidiar o programa de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres. Neste viés é possível indicar as Delegacias de Atendimento Especializado a Mulher (DEAMs), os Centros de Referência, as Casas Abrigo, os Postos de Saúde e Hospitais, Instituto Médico Legal (IML), serviços de assistência jurídica e psicológica, Defensoria Pública, Poder Judiciário, serviços de assistência social, como os que compõem o Sistema Único de Assistência Social (CRAS e CREAS), dentre outros. No que tange aos Centros de Referência da Mulher, estes possuem caráter preventivo e combativo à violência de gênero a fim de proporcionar às vítimas a construção da cidadania,

por meio do atendimento interdisciplinar nas áreas social, psicológica e jurídica. Contudo, é importante demarcar que para um enfrentamento eficaz da violência contra a mulher é preciso além da criação destes instrumentos uma efetiva articulação entre os mesmos.

De acordo com o documento<sup>13</sup> disponibilizado pela SPM-PR, em agosto de 2006, foi sancionada a lei Nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, a qual se configura como uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras. Este novo respaldo legal visa criar mecanismos que coíbam a violência doméstica, familiar e qualquer outra forma de discriminação contra a mulher durante toda a sua vida, independente de classe social, cor/raça, local de moradia, religião e orientação sexual. Cabe ainda destacar que esta Lei define cinco formas de agressão como violência doméstica e familiar, a saber: a violência física, a violência moral, a psicológica, a patrimonial e a sexual.

No ano de 2007 foi estabelecido o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres o qual consiste numa estratégia de integração entre os governos federal, estadual e municipal demarcando a descentralização de políticas públicas referentes à temática. A descentralização dos serviços pressupõe também uma articulação de redes especializadas com vistas de um efetivo atendimento às mulheres demandatárias dos serviços.

Apesar dos avanços observados nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres ao longo dos anos podem ser consideradas recentes as legislações e as institucionalizações de serviços destinados a enfrentar e combater esse fenômeno no país. Acresce-se a essa assertiva a necessidade de um maior monitoramento dos serviços já implementados com a finalidade de conhecer e avaliar o impacto de tais políticas.

### **2.3 Nas “teias” da proteção social: Em foco a Rede de atendimento à mulher vítima de violência**

Antes de nos debruçarmos sobre o conceito de rede atrelado ao enfrentamento da violência contra as mulheres é imprescindível pontuar que segundo Portugal (2007) o termo “rede” na atualidade é utilizado em inúmeras circunstâncias designando uma grande variedade

---

<sup>13</sup> Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 20 set. 2013



de objetos e fenômenos. De acordo com a autora “ouvimos, hoje, falar de redes em todas as áreas: no território, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, na prestação de serviços”.

Grossi, Tavares e Oliveira (2008) reportam-se a Deslandes (2002) quando esta autora trabalha o conceito de redes sociais intermediárias e secundárias considerando as primeiras como aquelas construídas por pessoas que recebem capacitação especializada sobre determinado assunto as quais poderão ser do setor de saúde, educação, igreja ou da comunidade em geral com o objetivo de fornecer apoio e prevenção a determinado fenômeno. No que toca as redes sociais secundárias as autoras apontam que as mesmas referem-se aquelas que seriam formadas por profissionais e funcionários de instituições públicas ou privadas; organizações sociais, organizações não governamentais, grupos organizados de mulheres, associações comunitárias e comunidade, com a função de fornecerem atenção especializada, orientação e informação.

No que concerne à aplicação do conceito de rede junto a Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres é possível observar que o mesmo passou a ser utilizado recentemente quando da constatação de que o enfrentamento dessa problemática só seria possível a partir da articulação entre diversos serviços públicos de atendimento às mulheres em situação de violência. Nesse viés, Silveira (2003?) expõe:

Considerando a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de demandas apresentadas pela mulher em situação de violência, tem se verificado a necessidade de que o atendimento se realize numa perspectiva multissetorial, capaz de oferecer respostas mais eficazes, em um prazo mais curto de tempo. Entretanto é fundamental que estas ações possam se dar de forma articulada, para que os diferentes serviços possam conhecer seus parceiros e trabalhar num sistema de referência e contra-referência, garantindo que as necessidades das usuárias sejam atendidas. Esta forma de articulação é conhecida como rede. As redes podem adquirir caráter local, regional ou nacional. (p.70).

Dessa forma, segundo a SPM-PR o conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

No que tange a rede de atendimento a SPM-PR aponta que a mesma é parte integrante da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e representa o conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde). Há aqui, necessidade de ressaltar essa distinção entre a rede de atendimento e a rede de enfrentamento, cabendo frisar que a primeira refere-se aos serviços ofertados e a segunda está ligada a articulação entre eles e a sociedade de modo geral.

A SPM-PR estabelece ainda que rede de enfrentamento é composta por

agentes governamentais e não-governamentais formuladores, fiscalizadores e executores de políticas voltadas para as mulheres, que estão representados por organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social; núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, etc.; Serviços/programas voltados para a responsabilização dos agressores; Universidades; Órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura); e Serviços especializados e não-especializados de atendimento às mulheres em situação de violência (*que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência*). (SPM, 2011, p. 13-14, grifos originais).

Feita essa distinção, frisa-se ainda que o foco principal desse trabalho refere-se ao estudo da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no recôncavo baiano.

A criação da SPM-PR em 2003 configurou-se como um marco para o surgimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Antes desse período o trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres girava em torno das Delegacias especializadas e das casas abrigos, os quais configuravam-se como os únicos instrumentos para o atendimento da mulher vítima de violência. A SPM-PR configurou-se como um marco para o estabelecimento de um recurso para custear a Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo possível dessa forma, a expansão e criação de novos equipamentos que hoje constituem a rede de atendimento. No ano de 2007 com o lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher, ficou evidente que os serviços da rede deveriam ocorrer de forma articulada para um atendimento integral a mulher vitimada.

Outros mecanismos essenciais para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e da rede de atendimento as mulheres em situação de violência, podem ser vislumbrados com a criação da Lei Maria da Penha (LEI 11.360/2006) e a central de atendimento à mulher em situação de violência pelo disque 180, criadas em 2006 e 2005,

respectivamente. O primeiro instrumento oferece inúmeras estratégias para o enfrentamento da violência contra as mulheres que vão desde a criação de instituições especializadas a uma maior rigorosidade na punição do agressor. Já o segundo funciona como um forte instrumento de coleta de informações acerca da violência contra as mulheres servindo como uma das principais fontes de denuncia, orientação e informação ou até mesmo para avaliação da referida Política.

A rede de atendimento às mulheres em situação de violência está dividida em quatro principais setores, a saber: saúde, justiça, segurança pública e assistência social, especializados ou não. No que se refere aos serviços não-especializados, estes são considerados como a porta de entrada para a mulher em situação de violência, dentre os quais podemos citar os hospitais gerais, as Unidades de Saúde da Família, as delegacias comuns, policia militar e federal, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Ministério Público e defensorias públicas. Já os serviços especializados, que são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres em situação de violência, representados pelos Centros de Atendimento à mulher em situação de violência como os Centros de Referência de atendimento à mulher, as casas abrigo, delegacias especializadas e/ou núcleos especializados em delegacias comuns, Promotorias especializadas, Núcleo da mulher nas Defensorias Públicas, Central de atendimento no Disque 180, serviços de saúde especializados para atendimento dos casos de violência sexual e doméstica, dentre outros. De acordo com a SPM-PR o numero de serviços especializados para o atendimento da mulher passou de 332 em 2003 para 928 em 2011, em todo o país.

No que toca ao financiamento para a manutenção e ampliação da rede de atendimento é importante frisar que esta não é apenas atribuição da SPM-PR. Com a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, federação, estados e municípios assumem a responsabilidade de manutenção da rede. No que concerne à participação da federação, além do recurso disponibilizado pela SPM-PR, outros órgãos federais também são co-financiadores da Política, como o Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Justiça, entre outros. Já nas esferas estaduais e municipais o financiamento é repartido entre as Secretarias de Assistência Social, de Saúde, de Justiça, de Segurança Pública, de Promoção da Igualdade, de organismos de políticas para as mulheres, etc.

Diante do exposto, consideramos que existe uma demanda explicita da efetivação de um trabalho em rede num contexto regressivo e perverso para a implementação das políticas

públicas. Caso contrário, continuaremos a conceber uma representativa de atendimentos em números, mas, sem as reais condições efetivas para sua materialização, fato que será problematizado na realidade em estudo.

### 3 “SILENCIAR OU GRITAR?”: DILEMAS E DESAFIOS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO RECÔNCAVO BAIANO

#### **3.1 Situando o Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina no enfrentamento da violência contra a mulher no Recôncavo Baiano.**

A abordagem realizada neste tópico, refere-se à necessidade de situar a importância do Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina<sup>14</sup> enquanto um serviço especializado de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano, representado um polo de referência para a referida região, estando inserido no contexto da política de enfrentamento elencada anteriormente.

No que tange à sua materialização é válido frisar que o mesmo foi implementado a partir de constantes lutas da Secretaria de Políticas Especiais do município de Cruz das Almas, e que seu projeto inicial seria apenas no âmbito municipal. Em 2007 o projeto deste Centro no município de Cruz das Almas foi enviado para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do governo federal, contudo, o resultado não foi positivo por questões de pendências da prefeitura com a controladoria da união.

Em 2009, o mesmo projeto foi encaminhado para a Secretaria Especial de Políticas pra Mulheres do estado da Bahia, momento em que os formuladores do projeto (profissionais da Secretaria de Políticas Especiais de Cruz das Almas) recebem a proposta do governo estadual para a criação de um centro regional. A proposta foi aceita, o projeto adaptado e encaminhado novamente para o Governo do Estado, agora em parceria com a Secretária de Promoção da Igualdade (SEPROMI) e apoio do Núcleo Intermunicipal de Políticas para Mulheres do Recôncavo (NIPOMUR). A proposta foi apresentada em 2010 e a verba do Governo do Estado só foi liberada em 2011, mesmo ano em que o centro foi inaugurado.<sup>15</sup>Sobre essa conquista a secretária de políticas especiais de Cruz das Almas no período de inauguração do CRRMMJ pontua que

---

<sup>14</sup> O Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina (CRRMMJ) está situado na Rua Desidério Brandão, Nº 180, no centro da cidade de Cruz das Almas-BA, tendo o atendimento diário de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 14h às 17h.

<sup>15</sup> Essas informações foram extraídas da caracterização do campo de estágio, a qual serviu como atividade avaliativa da disciplina de estágio I.

Depois de tanta luta, finalmente a conquista. \*O CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA DA MULHER MARIA JOAQUINA\* será inaugurado no próximo dia 18. O projeto, que inicialmente era uma proposta municipal, para atender as mulheres em situação de violência, com o apoio do Governo do Estado e o NIPOMUR - Núcleo Intermunicipal de Políticas para Mulheres do Recôncavo atenderá também as cidades do território de Identidade Recôncavo que aderirem ao convênio. (...) Esse é realmente um momento para festejar. Depois de tantos contratempos, tantas idas e vindas, tantas reuniões, noites mal dormidas e muitas estradas percorridas. chegou o grande momento, ele é só nosso. Iniciaremos agora uma nova fase, que é o fortalecimento da rede de atenção à mulher no Recôncavo. (GESTORA, 2011)

Diante de todo o percurso descrito até a concretização da proposta de criação do centro, evidencia-se que essa questão demonstra o quanto ainda é incipiente a materialização dos serviços especializados assim como, expressa uma morosidade em termos do que é assegurado em lei quanto a implementação desses serviços de fato.

Em termos hierárquicos, nota-se que o CRRMMJ está subordinado ao Departamento de Políticas para as mulheres da Secretaria de Políticas Especiais do município de Cruz das Almas. Cabe frisar que além do departamento mencionado a referida Secretaria possui outros dois departamentos, a saber: Departamento de Políticas para a Juventude e o Departamento de Reparação Racial, cujo organograma<sup>16</sup> pode ser observado na página a seguir.

Com a regionalização do Centro, tornou-se necessário o estabelecimento de parcerias/convênios com outros municípios da região, dessa forma, todas as prefeituras foram convidadas a fazer parte do projeto, contudo, apenas sete municípios se conveniaram, a saber: Santo Amaro, Cruz das Almas, São Francisco do Conde, Muritiba, Governador Mangabeira, Maragogipe e Saubara. A estes municípios coube a responsabilidade de contratação dos profissionais e outras despesas essenciais para a manutenção do centro (água, luz, telefone, materiais de limpeza, etc.). Sendo assim, ficou estabelecida, através do pacto assinado pelos (as) prefeitos (as) dos municípios supracitados a divisão da demanda institucional, cabendo a cada município a obrigação pelo encaminhamento de um profissional para atuar no centro, o que não exime a responsabilidade estadual.

Cabe ainda aqui, elucidar o quanto é complexa essa organização descentralizada dos serviços, o que requer um maior monitoramento por parte do Estado e a falta deste monitoramento pode vir a expressar a lógica de uma descentralização às avessas.

---

<sup>16</sup> Organograma construído no período do estágio para ser anexado na caracterização da instituição.



Foi justamente por conta da atuação regional do CRRMMJ que a proposta deste estudo foi pensada e materializada, já que encontramos na região do recôncavo baiano um órgão que atua de forma regionalizada sendo possível, dessa forma, condensar em uma pesquisa uma análise que teria que ser realizada nos diversos municípios da região. A pesquisa oportuniza ainda conhecer como estão sendo operacionalizados os serviços da rede de atendimento em escala regional em articulação ao referido centro.

O CRRMMJ tem em sua estrutura uma equipe de sete profissionais: uma coordenadora, que atua também como advogada, uma secretária, um motorista, uma auxiliar de serviços gerais, duas assistentes sociais, sendo que uma destas atua também como sub coordenadora e uma professora. É válido frisar, que essa equipe trabalha em um esquema de revezamento

semanal de modo que todos os dias tenha pelo menos uma funcionária na instituição para atender a demanda.

Ainda de acordo com a composição de funcionários da instituição é possível identificar que a mesma não está em consonância com aquela prevista na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, disponibilizado pela SPM-PR, a qual prevê que a equipe técnica para atuação nos centros deve ser composta por um (a) coordenador (a); dois (duas) secretários (as); dois (duas) assistentes sociais; Dois (duas) psicólogos (as); um (a) advogado (a); dois (duas) educadores (as); um (a) ajudante-geral; um (a) segurança, o que demonstra problemas por um lado e por outro indica a importância do processo de monitoramento dos serviços prestados.

Com relação ao revezamento semanal dos profissionais, acreditamos que se trata de um grande problema no que se refere à atuação dialogada da equipe interna. Haja vista que os profissionais não conseguem atuar articuladamente, pois, trabalham em dias diferenciados. Existe na instituição, ainda, profissionais que, por conta do vínculo empregatício atuam em apenas um dia na semana, fato que consideramos contraproducente tendo em vista que por se tratar de uma carga horária bastante reduzida é inviável que este profissional conheça de fato a demanda, bem como, a realidade local, mantenha uma relação de referência com as usuárias, dialogue com os outros profissionais da equipe e acompanhe os encaminhamentos e os casos atendidos de uma forma geral. Essa questão sinaliza a importância de se problematizar a materialização dos serviços prestados e sua capacidade de atendimento. Até que ponto tem se constituído uma possibilidade de enfrentamento?

No que se refere às condições físicas da instituição é possível inferir que a mesma dispõe de uma estrutura privilegiada, tendo em vista que as salas de atendimento são apropriadas para que o mesmo seja sigiloso. Além das salas de atendimento a estrutura possui cozinha com geladeira, fogão, armário, mesa e refrigerador de água, espaço para crianças (brinquedoteca), caso estas venham acompanhadas de suas mães, recepção, sala da coordenação, banheiro, garagem, um carro, dois televisores, computadores com impressora, dentre outros equipamentos. Estando dessa forma em consonância com a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência.

De acordo com os dados disponibilizados pela coordenação do CRRMMJ, no ano de dois mil e treze foram realizados cento e vinte e três atendimentos, contemplando as áreas



social, psicológica<sup>17</sup> e jurídica. Cabe aqui ainda pontuar, que esse número não é o mesmo com relação ao quantitativo de mulheres atendidas no referente ano, tendo em vista que o instrumental de coleta desses dados foi o caderno de marcação e controle dos atendimentos e que por isso algumas marcações podem ser referentes à mesma mulher. Nesse sentido é importante considerar que não existe um banco de dados da instituição no qual possamos encontrar a quantidade total de mulheres que já foram atendidas no CRRMMJ. Poderíamos ter chegado a um número mais exato se tivéssemos pesquisado em um outro instrumental que são as fichas de atendimento, entretanto, estas não estavam organizadas em um arquivo único, o que facilitaria o trabalho, mas distribuídas em diversos setores da instituição, dessa forma foi inviável recorrermos a tal documentação no processo de pesquisa.

### **3.2 A pesquisa qualitativa em foco: resultado e análise dos dados coletados**

*[...] a preocupação básica do cientista social é a estrita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais complexa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. (MARTINS, 2004, P.292)*

#### **3.2.1 Da metodologia**

Antes de mais nada, é preciso esclarecer que metodologia é entendida aqui “como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades.” (DEMO, 1989, apud MARTINS, 2004)

Baseando-se nos preceitos de Rampazzo (2004) que estabelece a concretização de um método a partir da realização de diversas etapas de investigação para alcançar a solução para determinado problema apresentado –, adotamos alguns procedimentos para a realização deste estudo. Em um primeiro momento utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre a temática e suas categorias de análise. Este procedimento ocorreu desde o momento de minha inserção como

---

<sup>17</sup> O atendimento psicológico foi realizado até o mês de Setembro do corrente ano. Diante do término e não renovação do contrato com a profissional por parte de uma das prefeituras conveniadas a instituição não está oferecendo atendimento psicológico atualmente.

estagiária de Serviço Social no CRRMMJ entre setembro e dezembro de dois mil e onze e se estendeu até a finalização deste trabalho, dada a necessidade de atualização dos conteúdos. A construção do aporte teórico foi utilizada, portanto, como suporte para a investigação, o qual ocorreu entre os meses de julho e agosto do ano de 2013. Posteriormente, procedemos o levantamento de dados junto ao CRRMMJ, no que tange a rede de serviços para o atendimento da mulher em situação de violência, a partir da análise documental baseada nos encaminhamentos realizados pelos (a) profissionais às usuárias atendidas. E por fim, realizamos entrevistas com profissionais do CRRMMJ e com a Diretora do Departamento de Políticas para as mulheres da Secretaria de Políticas Especiais de Cruz das Almas, a fim de conhecer suas impressões acerca do funcionamento da rede de atendimento à mulher em situação de violência na região do recôncavo baiano. Todas essas atividades foram reservadas para o mês de setembro e a análise dos dados coletados, realizada a Luz da ferramenta de análise de discurso ocorreu entre o mês de setembro e início do mês de outubro.

O levantamento dos dados foi norteado pela pesquisa qualitativa, esta que segundo Minayo, (1994) responde a questões muito particulares, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Em termos quantitativos foi possível coletar as respostas de cinco profissionais. Sendo essa composição formada por uma advogada que é Bacharela em Ciências Jurídicas, Psicopedagoga, Delegada de Polícia pela Acadepol (Aguardando nomeação), pós-graduada em Gestão Pública Municipal e Sociologia e Extensão em Direitos Humanos. Uma profissional de educação que está concluindo o curso de pedagogia. Uma assistente social, que por sua vez declarou apenas a graduação em Serviço Social. Outra assistente social que além da graduação em Serviço Social está cursando uma especialização em saúde coletiva e a Diretora do Departamento de políticas para mulheres da secretaria especial de políticas para as mulheres de Cruz das Almas, a qual está cursando pedagogia.

Para o levantamento de dados junto as profissionais confeccionamos um roteiro de perguntas a ser utilizado nas entrevistas o qual continha apenas questões abertas e sobre este instrumental Castro (2006) coloca que “Conversar com o objeto de estudo é o método mais direto e mais óbvio de fazer pesquisa qualitativa” (113), contudo a entrevista semi-estruturada mantém o foco da conversa no tema central diferentemente do que ocorre quando a conversa é livre. Nesse sentido é importante pontuar que o levantamento de dados baseados nas entrevistas não ocorreu de forma presencial como se pretendia, tendo em vista que algumas

das profissionais elencadas para a entrevista preferiram responder manuscritamente e outras por conta do tempo disponível para a finalização e entrega deste trabalho enviaram o roteiro de questões respondido por e-mail.

Sob essa ótica, ressaltamos que compreendemos a importância de uma entrevista presencial, pois com ela conseguimos identificar vários outros elementos que podem passar despercebidos no roteiro de questões. Sem contar que várias outras nuances podem ser percebidas no momento da fala dos sujeitos e novas perguntas podem emergir. Ainda sobre essa forma de coleta de dados, acreditamos que a mesma demonstrou algumas lacunas, como era esperado, pois algumas perguntas não foram respondidas e outras acreditamos que foram interpretadas erroneamente, ou ainda que a profissional não tivesse domínio sobre o assunto.

A pesquisa documental se valeu da análise dos relatórios de atendimentos com base em 61 fichas de mulheres atendidas. Sobre o número de fichas visualizadas é importante pontuar que não foi estabelecido número de amostragem e a quantidade foi aquela em que durante o tempo disponível foi possível coletar, tendo em vista que não estamos aqui nos detendo analiticamente no quantitativo de fichas, mas sim no conteúdo dos relatórios das referidas fichas de atendimento. Cabe ainda pontuar que as fichas de atendimento foram escolhidas aleatoriamente e que nos detivemos no ano de 2013 tendo em vista que tais fichas foram preenchidas pelos profissionais que estão atualmente trabalhando no CRRMMJ, a fim de relacionar esses dados com as respostas dadas às entrevistas pelos mesmos sujeitos.

No que toca a análise dos dados é importante salientar que de acordo com Cappelle, Melo e Gonçalves (2003, p. 2) “a transformação de dados coletados, ainda no seu estado bruto, em resultados de pesquisa, envolve a utilização de determinados procedimentos para sistematizar, categorizar e tornar possível sua análise por parte do pesquisador”, sob essa ótica a proposta teórico-metodológica utilizada foi norteada pela ferramenta de análise de discurso a qual ainda segundo as autoras e autor, “tem sido muito utilizada e tem se mostrado adequada para o trabalho com dados qualitativos principalmente quando se trata de identificação de relações de poder permeadas por mecanismos de dominação escondidos sob a linguagem” (idem). Essa técnica aplicar-se-á para analisar categorias presentes nas respostas dos profissionais, bem como, na pesquisa documental nos quais será possível perceber a estruturação da rede de proteção para a mulher em situação de violência no Recôncavo da Bahia.

### 3.2.2 Reconstrução dos atendimentos realizados pelo centro

Traremos neste tópico a análise dos dados coletados, para tanto, em termos didáticos consideramos oportuno trabalhar primeiramente àqueles encontrados nos documentos analisados e posteriormente os dados relacionados às respostas das profissionais<sup>18</sup> encontradas no roteiro de questões disponibilizado.

Desse modo, podemos informar que nas fichas de atendimento analisadas não constam dados como origem do encaminhamento e como a vítima obteve conhecimento da instituição. Consideramos que tais informações são de suma importância no que tange a avaliação da política, assim como, para saber se a rede está funcionando como deveria, na medida em que é possível identificar as instituições demandantes e parceiras bem como o grau de informação da população alvo sobre o CRRMMJ.

Em apenas três fichas de atendimento foi possível observar, dentro dos relatos, mas não de forma sistematizada, encaminhamentos oriundos de outras instituições da rede, sendo dois destes enviados pelo Conselho Tutelar de Cruz das Almas e um pelo CREAS da mesma cidade. Esse dado faz-nos inferir que é necessário não só a sistematização de dados como a origem do encaminhamento, nas fichas, mas também uma maior divulgação dos serviços disponibilizados pelo Centro junto aos profissionais que compõe a rede de atendimento, especialmente, nos outros municípios que compõe a região abrangida pelo CRRMMJ, bem como a sensibilização dos profissionais dessa rede quanto à importância dos encaminhamentos, quando necessário.

Em se tratando dos encaminhamentos realizados, foi possível perceber 33 fichas contendo conduções das usuárias para outros serviços da rede, dentre estas se destacam em grande percentual àqueles realizados para as delegacias de polícia, sendo que a maioria destes encaminhou para as delegacias de Cruz das Almas. Contudo, há que se pontuar que de acordo com Venturi e Recamán (2004) há um grande número de mulheres sendo vítimas de violência que se encontra no anonimato por diversos motivos, não só o medo de denunciar, mas também o constrangimento a que muitas mulheres são vítimas quando vão a delegacias que não são especializadas, nas quais, seus profissionais demonstram pouco preparo para lidar com este tipo de violência, o que demonstra ainda uma fragilidade da rede de atendimento, apesar dos avanços na política.

---

<sup>18</sup> Estamos utilizando o termo “respostas dos profissionais” em detrimento de “análise das entrevistas” por considerar que essa técnica (entrevista) não foi aplicada como se pretendia (de forma presencial).

Assim, para os autores, somente nos casos considerados graves é que a mulher procura pelo serviço, geralmente quando é ameaçada com arma de fogo ou espancamento, a delegacia de policia, de todo modo, ainda é o órgão mais procurado nesses casos.

Também foram percebidos encaminhamentos para outros serviços da rede, a saber: o Conselho Tutelar, quando se trata de meninas menores de 18 anos, IML em Santo Antônio de Jesus, encaminhados pela própria delegacia de policia para realização de pericia médica, quando necessário, CRAS e CREAS, Ministério Público, Varas Cível e Crime da Comarca de Cruz das Almas, para ajuizamento de denuncias e acompanhamento de processos, Santa Casa, na qual também são realizadas pericias médicas, Secretaria de Assistência Social, para inclusão em programas sociais, Defensoria Pública, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Previdência Social.

Ainda segundo o levantamento dos dados nas fichas de atendimento é importante pontuar que a falta de informações mais aprofundadas registradas nos relatórios, dificulta em grande medida ao conhecimento mais profundo dos casos, bem como a troca de informações entre os integrantes da equipe e a correta e qualificada continuidade dos atendimentos pela mesma, especialmente pelo fato dos profissionais não estarem diariamente reunidos.

Lima, Miotto e Prá (2007) discorrem sobre a importância da documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais, dessa forma, para as autoras

(...) a documentação não pode ser negligenciada no contexto do exercício profissional, considerando a sua relevância para o conhecimento e sistematização da realidade, de planejamento, da qualificação das ações profissionais, bem como da sua importância ao alicerçar a produção de conhecimento. Desse modo urge a necessidade de incorporá-la no cotidiano profissional, nos mais diferentes momentos do processo investigativo. (p. 94).

Diante do exposto, consideramos que tal prática deve ser desempenhada não só pelos assistentes sociais, mas por toda a equipe que compõe uma instituição voltada para o atendimento das diversas políticas sociais, com a finalidade de criar subsídios para que a política possa ser avaliada.

No que toca a atuação regionalizada do centro, com o recorte estudado foi possível perceber que existe uma concentração do atendimento para as mulheres moradoras de Cruz das Almas e esse fato pode ser justificado pela presença do CRRMMJ na cidade e/ou pela

falta de articulação e divulgação dos serviços nos municípios circunvizinhos, principalmente àqueles conveniados ao centro. O que indica mais uma vez a necessidade de divulgação sobre o CRRMMJ nos outros municípios demonstrando também que a regionalização não tem se operacionalizado como deve proceder nos parâmetros legais.

Nesse sentido, inferimos que apesar de nos depararmos com várias fichas sem um devido preenchimento no qual constassem maiores informações sobre os casos, a pesquisa documental foi de grande relevância para conhecer alguns serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo Baiano. Nessa perspectiva, as informações aqui relatadas poderão ser relacionadas com a análise das entrevistas realizadas com os profissionais do CRRMMJ a seguir.

### **3.2.2.1 Análise das entrevistas com os profissionais do CRRMMJ**

Antes de seguirmos com a análise das respostas dos profissionais é importante pontuar que o roteiro de perguntas está baseado em alguns eixos centrais para o que nos propomos a estudar, a saber: (1)-condição atual da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e a (2)- relação do centro com os equipamentos que compõe a mesma; (3) papel do CRRMMJ para sensibilização sobre a violência contra a mulher, e sua contribuição para a qualificação profissional e conseqüente independência financeira das mesmas; e ainda a (4) visão dos profissionais sobre a importância da materialização de uma rede de atendimento à mulher em situação de violência bem como suas considerações de como deve/deveria ser essa rede.

Cabe ainda sinalizar que para preservar o anonimato das participantes da pesquisa as respostas serão sinalizadas precedidas por um algarismo alfabético (E) e um numérico para distinguir os profissionais, a saber: E1, E2, E3, E4 e E5.

Dessa forma, quando indagadas sobre a situação atual da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo, percebemos que todas as respostas possuem pontos em comum, principalmente aquelas que consideram a necessidade de fortalecimento da mesma. Podemos ilustrar essa afirmativa trazendo a fala de uma das entrevistadas. Para a entrevistada E1 a rede está “Necessitando ser fortalecida, através de divulgação e conscientização das pessoas envolvidas na mesma”. Para outras profissionais a rede até existe

e quando necessário é acionada, porém destacam a necessidade de maior articulação dos serviços. Sob esse aspecto, pontua-se a fala da entrevistada E2 ao afirmar que

(...) todavia para que o enfrentamento da violência se efetive, é importante que os serviços, ou seja, a rede de proteção à violência contra a mulher atue de forma articulada. Quando há necessidade de fazer um encaminhamento, a rede está sempre disposta a colaborar. (Entrevistada E2).

Há ainda que se destacar a fala da entrevistada E5 ao considerar que a rede existe, contudo é imprescindível a criação de Núcleos de Atendimento à Mulher (NAM) nas delegacias de polícia comuns dos municípios da região.

Sob esse aspecto é importante destacar que em entrevista ao jornal eletrônico Visão cidade<sup>19</sup> no dia cinco de novembro de dois mil e doze, a Senadora Ana Rita do PT do estado do Espírito Santo, a qual é integrante da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra a mulher, afirmou que “a precariedade no serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência é generalizada”. Considera ainda que

(...) “Em alguns lugares as deficiências estão concentradas no Executivo: delegacias especializadas, centros de referência, casas abrigo. Em outros, os problemas estão mais concentrados no sistema de Justiça: varas especializadas e defensorias públicas que não funcionam adequadamente, o Ministério Público que não está cumprindo seu papel”, exemplificou a senadora ressaltando que, em alguns lugares, ainda não há Defensoria Pública. “É preciso que essa rede de atendimento funcione de forma integrada e articulada para que a mulher seja realmente protegida”. (Fala da Senadora Ana Rita ao Jornal eletrônico Visão Cidade, 05/11/2012).

Pontuamos também visão de Silveira (2003?) sobre a rede de atendimento, de acordo com a autora

(...) as parcerias e encaminhamentos têm sido firmados na informalidade e praticamente no caso a caso, o que significa desgaste para usuárias e profissionais, desperdício de tempo e baixa resolutividade. A fragilidade de articulação da rede, e as respostas limitadas - em especial dos serviços

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.visaocidade.com/2012/11/rede-de-atendimento-mulher-vitima-de.html>

policiais e jurídicos - reduzem as possibilidades de um desfecho rápido, que garanta a segurança e a preservação dos direitos das mulheres. (p.65).

Na pergunta que objetiva conhecer a rede de atendimento acionada nos casos de violência sexual percebemos que existe uma gama de instituições para as quais a vítima pode ser encaminhada, a depender do caso, de acordo com a fala da entrevistada E1 é possível acionar “Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Secretaria Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Reparação Social, Ministério Público, IML - Santo Antonio de Jesus, E a Vara de Família e ou Criminal, da Comarca, CRAS e CREAS”. Ainda em relação aos casos de violência sexual, consideramos oportuno trazer a fala da entrevistada E2 quando esta coloca que

Se tratando de violência sexual onde a vítima é obrigada a manter o ato sem a sua própria vontade, o primeiro passo é estabelecer uma relação de confiança e credibilidade, pois nem sempre as usuárias estão dispostas a contar que sofreu violência sexual, logo após, explica-se os próximos procedimentos a serem tomados como, por exemplo, encaminhamento ao psicólogo com o objetivo de cessar e amenizar a violência sofrida, aciona-se a delegacia, hospital caso seja necessário. (Entrevistada E2).

Nos casos de violência física, ficou evidente que a principal instituição a ser acionada refere-se à delegacia de polícia, esta que é responsável pelo encaminhamento da vítima para realização de perícia médica ou como é comumente conhecido, exame de corpo delito. Nesse caso percebemos que há uma relação estreita com os dados encontrados nos documentos quando foi possível verificar a maioria dos encaminhamentos realizados para as delegacias de polícia. E de acordo com pesquisa realizada no CRRMMJ por Oliveira *et al* (2012) a maioria das mulheres atendidas foram acometidas por esse tipo de violência. Ainda sobre a violência física é válido pontuar a fala da entrevistada E2, e perceber que

A maioria das mulheres em situação de violência física tem sempre o seu primeiro contato com a delegacia em decorrência da violência, após este primeiro contato, a delegacia encaminha a vítima para o Centro de Referência. Quando o seu primeiro contato é com o Centro de Referência, fazemos o acolhimento, orientamos quais são os seus direitos e qual procedimento a ser tomado. (Entrevistada E2).



No que se refere às violências: verbal, psicológica, moral e/ou ameaças, ficou constatado que o CRRMMJ é a principal instituição da rede para acolher e orientar a vítima quanto aos serviços disponibilizados. Nesses casos para a entrevistada E4 “A vítima deve procurar o Centro de Referência, onde se encontram profissionais para tomar as providências cabíveis”. Ou ainda para tratamento psicológico e orientação social pelas profissionais da referida instituição. Nesse sentido, para a entrevistada E2

O Centro de Referência oferece um trabalho de acolhimento e orientação com possíveis encaminhamentos para o jurídico, psicólogo se preciso for. Portanto as violências acima supracitadas não deixam marca corporal, porém quando são ameaçadas ocorre um fator importantíssimo que é o medo, criando na mulher a vergonha, baixa autoestima o emocional fica bastante abalado. Sendo assim o centro deve prestar acompanhamento constante, desenvolvendo também ações em prol das mesmas. Os encaminhamentos podem ser para a delegacia, psicólogo jurídico, saúde. Quando são ameaçadas de morte pode ser encaminhada para uma casa abrigo, porém antes de qualquer decisão temos que investigar detalhadamente.

Obs: deixando bem claro que tudo é feito com autorização das usuárias, respeitando as suas decisões, principalmente o que tange os procedimentos judiciais. (Entrevistada E2).

Nesse sentido aludimos a Saffioti (2004) quando a autora pontua que por conta da relação afetiva que envolve os casos de violência doméstica raramente a mulher consegue romper o ciclo de violência sem uma intervenção externa, dessa forma, percebemos a importância da existência do centro e dos demais aparatos protetivos. E no que se refere ao papel dos Centros de Referência Silveira (2003?) acrescenta que

Os centros de referência e atendimento, inspirados na experiência dos SOS<sup>20</sup> (sendo que alguns ainda utilizam esta nomenclatura), ocupam uma posição importante para as mulheres que necessitam de apoio psicológico e orientação social e jurídica. O centro de referência tem sido considerado como equipamento estratégico na rede antiviolença. Contudo, na maior parte dos casos, sua atuação se limita ao acolhimento e orientação, pela falta de políticas públicas locais articuladas que ofereçam respostas eficazes para as mulheres em situação de violência. Muitas vezes estes centros encontram-

---

<sup>20</sup> “A criação dos SOS-Mulher constitui um marco no atendimento direto às mulheres vítimas de violência no Brasil. Essa primeira experiência de contato direto com as mulheres vítimas de violência trouxe à tona desafios que ainda não foram completamente superados”. (SILVEIRA, 2003? p. 51)

se diante de dilemas semelhantes aos dos primeiros modelos feministas. Muitas das situações ainda são resolvidas no improviso e no caso a caso. (p 50).

Sobre os casos de violência que são necessários acionamentos de casas abrigo ou de passagem, todas as profissionais informaram que as usuárias são encaminhadas para uma casa abrigo da capital do estado em absoluto sigilo, o que é característico dessas instituições, sendo acompanhadas por um profissional do Centro. Cabe nesse caso citar que de acordo com as profissionais entrevistadas, sempre que necessário a referida casa teve disponibilidade para aceitar a vítima encaminhada. Quanto à implementação de uma casa abrigo ou de acolhida na região do recôncavo foi possível perceber divergências nas respostas. Enquanto para a entrevistada E1 é necessário à criação de “mais casas abrigo em Salvador, por ser melhor para conservarem o anonimato”, sob a justificativa de que o interior por ser, muitas vezes composto por pequenos municípios, a localização da casa pode ser facilitada, para a entrevistada E5 é necessário à implantação de uma casa abrigo no Recôncavo Baiano para o fortalecimento da rede local.

Com relação à necessidade de implantação de casas abrigo no país Saffioti (2004) considera que

Atualmente, há cerca de 80 abrigos para vítimas de mulheres em todo o país, o que é no mínimo, ridículo. Uma verdadeira política de combate à violência doméstica exige que se opere em rede, englobando a colaboração de diferentes áreas: polícia, magistratura, Ministério Público, defensoria pública, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psi, da educação, do serviço social etc. e grande número de abrigos muito bem geridos. Cabe ressaltar mais uma vez a necessidade urgente de qualificação destes profissionais em relações de gênero com realce especial da violência doméstica. (p. 91).

Consideramos, nestes termos, que não nos sentimos com propriedade para afirmar se é conveniente ou não a criação de uma casa abrigo na região, tendo em vista que toda e qualquer criação de um órgão deve ser estudada com riquezas de detalhes, a fim de verificar o impacto que o mesmo fomentará na realidade inserida.

No quesito que buscou saber da existência de DEAM's na região do Recôncavo percebemos também divergências nas informações, sendo que três das profissionais

responderam que não existem, e sim apenas na capital baiana, já para as outras duas existem uma DEAM em Santo Antônio de Jesus. Nesse caso, consideramos que existe uma falta de informação e articulação entre a equipe na medida em que informações consideradas aqui essenciais não são conhecidas de forma homogênea pela equipe. Acreditamos que para um atendimento qualificado com encaminhamentos corretos, qualidade nos serviços e efetivação da política de enfrentamento à violência contra as mulheres faz-se necessário que os profissionais conheçam toda a rede que por ventura precise ser acionada. Nesse sentido, encontramos no site<sup>21</sup> da SPM-PR a listagem das delegacias especializadas de atendimento à mulher no estado da Bahia, que são 15, estando distribuídas da seguinte forma: duas em Salvador, uma nas seguintes cidades: Vitória da Conquista, Camaçari, Alagoinhas, Barreiras, Itabuna, Paulo Afonso, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Jequié, Juazeiro, Feira de Santana e Candeias. Cabe, contudo a ressalva de que não existe no site consultado a data referente à atualização dessa lista de DEAMs, assim, não podemos afirmar aqui a existência ou não da DEAM em Santo Antônio de Jesus, apenas confirmar a falta de conhecimento da equipe do CRRMMJ, na medida em que há desencontro de informações.

É válido ressaltar ainda, de acordo com Silveira (2003?) que

Enquanto algumas cidades contam com casas-abrigo há quase vinte anos, outras ainda não tem implantada sequer uma Delegacia da Mulher. Um bom exemplo dessa desigualdade é a própria distribuição destas delegacias - apesar de serem mais de 300 no território nacional, estão presentes em apenas 10% dos municípios brasileiros, sendo que cerca de 40% encontram-se no Estado de São Paulo. As estratégias institucionais são também as mais diversas; algumas delas bem sucedidas, mas que permanecem pouco divulgadas, isoladas. (p. 46).

Quanto ao entendimento das profissionais sobre o atendimento prestado às mulheres pelas delegacias comuns houve unanimidade ao considerar que os profissionais das delegacias comuns necessitam de qualificação indispensável para lidar com essa demanda. Percebe-se essa afirmativa nas falas das entrevistadas E1 e E4, respectivamente:

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/busca.php?uf=BA&cod=6>> Acesso em 05/10/2013.

Há delegacias, que conhecem a Lei Maria da Penha, outras a infligem, violentando as mulheres em sua essência, com frases, tais como: vocês que não se dão valor, mulher é vulgar, vai ver mereceu isso, “briga de marido e mulher, ninguém põe a colher”. (Entrevistada E1) “As delegacias comuns, em alguns casos não tem a sensibilidade para lidar com a situação”. Constrangendo um pouco a vítima. (Entrevistada E4).

Sobre essa questão é válido reportarmo-nos a Azevedo (1985) quando a autora expõe que

Um dos principais fatores responsáveis pela *cifra negra* nos casos de agressão contra esposas (e companheiras) parece ser a tradicional atitude da polícia de ridicularizar a vítima, culpabilizá-la ou desaconselhá-la a apresentar queixa para não perturbar a tranquilidade do lar. (...) Todo escrúpulo traduzido nas inúmeras reticências da polícia em “imiscuir-se nos assuntos de marido e mulher” é uma realidade não apenas europeia, mas também americana, que envolve um curioso ardil: apresenta-se como uma forma de proteger uma *paz* realmente *ficícia* – porque, quando a violência explode em família, o clima já se tornou desarmonioso – e deixa, com isso, de proteger a mulher, que efetivamente corre perigo quando o lar se torna um local perigoso. (p. 32-33, grifos originais).

Buscamos também perceber se existem atividades realizadas pelo centro com vistas à sensibilização da violência contra a mulher, bem como, a divulgação dos serviços ofertados pela instituição. Nesse quesito identificamos semelhanças nas respostas das profissionais indagadas. Para ilustrar, trazemos a fala da entrevistada E1 quando esta trata a questão no âmbito estadual e logo após refere-se as ações desempenhadas pelo centro no âmbito regional.

(...) neste ponto dou nota 10 à SPM/Ba, e ao Ministério. Aqui em Cruz das Almas, estamos na Coordenação há nove meses, mas já realizamos alguns eventos, com Palhaço distribuindo folhetos em pontos estratégicos e dias de Festas, com a projeção de filmes, oficinas, palestras, feiras, etc. E neste mês iremos às comunidades rurais com a Campanha em sintonia com o Outubro Cor de Rosa. (Entrevistada E1).

Nessa ótica, consideramos que ações de cunho socioeducativas são de suma importância principalmente àquelas relacionadas à temática de gênero, pois o enfrentamento do fenômeno

da violência contra a mulher requer não só ações de caráter combativo, mas também as relacionadas à sensibilização com vistas à prevenção. Nesse sentido, com relação à profissão de Serviço Social MIOTO (2009) coloca que a aproximação da categoria profissional ao pensamento crítico dialético permitiu compreender que as ações da profissão são dotadas de caráter educativo que podem ser materializadas nos diversos espaços socioassistenciais nos quais se inserem os profissionais de Serviço Social, mediatizadas pelas políticas públicas, as quais garantem o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais.

Nesse sentido, a autora supracitada acrescenta que na atual conjuntura, social, política e econômica sob a hegemonia do sistema capitalista a profissão se institucionaliza e se desenvolve como ação de cunho sócio-educativo nos marcos das políticas sociais públicas e privadas. Utiliza do pensamento de Gramsci afirmando a “função pedagógica” inerente a prática do serviço Social, estabelecida com os vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais, e a contribuição do paradigma crítico-dialético na construção do projeto ético-político da profissão firmando um novo princípio educativo – “pedagogia emancipatória” – a qual visa contribuir para o despertar do pensamento crítico dos homens subvertendo a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo.

Sob a ótica da criação de aparatos voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher Venturi e Recamán (2004) analisando a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo que levantou o perfil da mulher brasileira, considera que as ações de cunho preventivo e educativo aparecem em último lugar na relação de equipamentos sinalizados pelas mulheres necessários para compor a política pública de atenção à violência contra a mulher, dos quais a criação de abrigos para mulheres agredidas e seus filhos aparecem em primeiro lugar seguida da criação de delegacias especializadas, dentre outros. Dessa forma, para os autores

(...) o fato de campanhas educativas na mídia terem sido a última escolha das entrevistadas parece refletir não só a legítima dramaticidade que o fenômeno desperta (ao menos quando suscitado), favorecendo a opção da opinião pública por alternativas “curativas”, como também a pouca maturidade da discussão do problema em nossa sociedade. A dimensão do fenômeno captada na pesquisa indica que, por necessárias e importantes que sejam, as medidas de acolhimento das vítimas, mesmo se implementadas em larga escala, serão insuficientes se não for combatida a base moral que legitima e confere naturalidade à violência contra a mulher, o que demanda uma política educacional ativa de desconstrução/construção de valores. (VENTURI E RECAMÁN, 2004, p. 27).

Para ilustrar que a supervalorização da política de combate em detrimento da relacionada a prevenção e educação em gênero não contribui necessariamente para o enfretamento da violência contra a mulher é que algumas pesquisas recentes têm demonstrado que a criação da Lei Maria da Penha não significou a redução de assassinatos das mulheres no Brasil, sendo, portanto necessárias ações de caráter preventivo a esse fenômeno. Nesse viés apresentamos uma publicação encontrada no jornal eletrônico Correio Brasiliense no dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze<sup>22</sup>. Na qual se observa que

A lei brasileira de combate à violência contra a mulher ainda peca na prevenção. Embora aclamada por membros do governo e especialistas, estudo divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a legislação não foi eficaz para reduzir o número de mortes. (...) Segundo especialistas, a falta de uma rede qualificada de amparo a mulheres ameaçadas é o principal motivo para que a Lei Maria da Penha — considerada um marco fundamental pelas entidades de defesa dos direitos da mulher por dar mais rigor às punições — não consiga reduzir os índices de mortes. (Correio Brasiliense, 26/09/2013).

Diante destas considerações, demarcamos ser de total importância que as ações de cunho educativas, com vistas a sensibilização da violência contra as mulheres ganhem seu devido espaço no enfrentamento dessa problemática e sejam implementadas na realidade aqui estudada, tendo em vista que o fenômeno da violência contra as mulheres requer ações não só no âmbito do combate mas também no da prevenção.

No que toca as iniciativas do centro para a promoção da autonomia financeira das mulheres atendidas que se encontram fora do mercado de trabalho todas as respostas a essa questão referiam-se a um curso de artesanato e uma das respondentes afirmou que o mesmo ocorre uma vez por semana. Cabe aqui pontuar que durante as diversas visitas ao CRRMMJ não foi possível acompanhar e/ou perceber a referida atividade. Ainda se tratando dessa questão apenas uma respondente afirmou que o centro possui parcerias com as prefeituras municipais da região para a inserção das mulheres atendidas no mercado de trabalho, duas responderam que não possui, uma deixou a questão em branco e outra não deu uma resposta condizente com a pergunta.

---

<sup>22</sup>Disponível

<[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/09/26/interna\\_brasil,390213/problema-da-violencia-contra-mulheres-esta-na-prevencao-diz-especialistas.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/09/26/interna_brasil,390213/problema-da-violencia-contra-mulheres-esta-na-prevencao-diz-especialistas.shtml)> Acesso em 26/09/2013.

Sob este aspecto é importante pontuar que acreditamos que essas ações somariam em grande medida para a efetivação da política de enfrentamento à violência contra a mulher, tendo em vista que um dos fatores que contribuem para que as mulheres permaneçam nas relações violentas é a dependência financeira, e esse fator se agrava quando há filhos na relação. Nesse viés, Saffioti (2004) acrescenta que

É bem verdade que as mulheres, em geral, apresentam baixa autoestima, sobretudo aquelas que têm seus direitos humanos violados com frequência. Também é bem verdade que muitas mulheres casadas com homens de elevado poder econômico tendem a suportar por mais tempo as violências contra elas cometidas por seus parceiros, porque desejam oferecer educação de bom nível aos seus filhos e, obviamente, também em razão do desfrute de um alto padrão de vida que, na maioria das vezes, perderiam com a separação. (p. 47).

Nesta citação a autora pontua a questão de mulheres casadas com homens de alto poder aquisitivo, porém é importante destacar que essa característica pode também ser atribuída a famílias de classe baixa cuja renda principal é proveniente do homem, obrigando as mulheres a permanecerem na relação violenta muitas vezes por conta da dependência do marido para as despesas básicas como alimentação e moradia. Ainda de acordo com a autora na maioria das vezes o homem é o único provedor do grupo domiciliar. Caso seja preso, deixa de sê-lo, configurando dessa forma um problema para a mulher, o qual é agravado quando esta tem filhos pequenos ao passo em que pode ter dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho. Há ainda que se destacar, os casos de mulheres que são financeiramente independentes mas se mantêm na relação violenta por conta ainda de uma dependência afetiva/emocional.

Quando indagadas sobre a importância da materialização da rede de atendimento à mulher em situação de violência no Recôncavo e sua visão de como deveria ser essa rede, foram verificadas respostas diferenciadas. Sendo assim, para a entrevistada E2 a materialização da rede

É de suma importância, pois garante o empoderamento das mulheres aos seus direitos. Uma DEAM, por exemplo, viabiliza e combate à violência contra a mulher responsabilizando os agressores pelos seus atos. Por mais que o Centro de Referência faça um trabalho de acolhimento orientando desenvolvendo ações com oficina como forma

de minimizar o sofrimento, ainda assim é pouco, pois a rede amplia a qualidade do serviço. (Entrevistada E2).

Já para a entrevistada E3 o modelo ideal é aquele estabelecido com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ou seja, seria apenas a execução do que já existe. Depreende-se com essa fala que para a respondente a rede que é preconizada pelo Pacto nacional ainda não se faz materializada na região do recôncavo. E para a entrevistada E5 o ideal seria “todas as redes funcionando, maior suporte da SPM estadual e Federal, implantação das DEAMs e Casas abrigo no Recôncavo Baiano”. Há aqui, que se fazer a ressalva para a pluralidade atribuída ao termo “rede”, pois acreditamos que não se tratam de redes e sim uma única em que todos os equipamentos que a compõe atuem de forma articulada e comprometida com o enfrentamento da violência contra as mulheres. E destacar ainda, o apelo da profissional para que as SPM’s estadual e federal ofereçam maior suporte para os municípios, no que toca a criação de DEAMs e casas abrigo na região do Recôncavo.

### **3.3 Desafios e possibilidades para a efetivação de uma política integral de atenção às mulheres em situação de violência no recôncavo**

Diante dos dados coletados e a luz da fundamentação teórica que alicerça este trabalho, podemos afirmar com convicção que inúmeros são os desafios postos para a efetivação de uma rede integral de atendimento a mulher em situação de violência no recôncavo baiano.

Consideramos que um dos fatores que mais merece atenção é a necessidade de políticas de educação em gênero que vise desconstruir papéis atribuídos a mulheres e homens ao longo da história. Essa prática pode ser desempenhada dentro das unidades escolares, em atividades socioeducativas promovidas pelas/nas instituições que compõe a rede de atendimento à mulher em situação de violência e ainda a parceria destas com os demais movimentos sociais e comunitários. A essa questão é válido pontuar a ideologia da “família sagrada” que atribui ao ambiente doméstico características relativas a um espaço onde as relações são sempre harmoniosas e felizes, fato que intimida e até mesmo envergonha a mulher de procurar por ajuda, tendo em vista que ela sempre foi ensinada a superar e aceitar as violências para manter o status de família perfeita.



Outra questão que merece ser destacada é a necessidade de uma qualificação em gênero aos profissionais que atuam na rede de atendimento a mulher em situação de violência em todo o país. Alguns apontamentos já realizados aqui, a análise dos dados coletados, a observação participante no período do estágio supervisionado nos faz afirmar que a falta de preparo dos profissionais da rede para lidar com essa demanda acaba vitimando novamente a mulher que buscou o serviço, quando a expõe em situações vexatórias e discriminadoras, fato verificado principalmente nas delegacias de polícia não especializadas. Nesse sentido, utilizamos os contributos de Silveira (2003?) quando a autora expõe que

A relação face-a-face com a mulher em situação de violência é um evento único, que pode influir de forma decisiva no processo de ruptura ou na manutenção da mulher no ciclo de violência. A formação na perspectiva de gênero, a capacitação continuada, e o apoio aos técnicos na forma de supervisão são elementos que podem pesar decisivamente na qualidade da atenção; e que devem ser incorporados de forma sistemática às políticas de violência. (p 75).

É necessária também a criação de serviços especializados para atender a mulher vitimada, tendo em vista que este ambiente, por ser destinado ao atendimento apenas de mulheres e por possuir nos quadros profissionais funcionários qualificados para atender a demanda, estabelece certa atmosfera de confiança para que a mulher busque esse serviço. Nesse sentido, citamos como exemplo, as instituições responsáveis por fazer a perícia médica. Trata-se de um momento extremamente delicado, pois a mulher encontra-se com integridades física e emocional afetadas e que se não oferecido o atendimento adequado essa situação tende a se agravar, provocando sequelas mais difíceis ainda de cicatrizar. Nesse Sentido Grossi, Tavares e Oliveira (2008) reportam-se a Brandão (2004) quando a autora referindo-se as delegacias especializadas pontua que

(...) se operadas de forma isolada e sem os elementos necessários à qualificação do atendimento dispensado à mulher, levam à chamada rota crítica, ou seja, a exposição da usuária a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor. (p. 268).

Sinalizamos ainda a necessidade de fortalecimento de políticas públicas destinadas às mulheres no que toca a sua qualificação profissional e consequente inserção no mercado de trabalho. Nesse viés, consideramos que uma política de emprego quer seja, municipal, estadual ou federal deve ser implementada levando-se em consideração a demanda requerida pelo mercado de trabalho. Hoje, observamos em diversas instituições públicas, inclusive a estudada neste trabalho, a oferta de cursos ditos profissionalizantes que não são condizentes com a demanda do mercado, e que por sua vez, acabam se tornando pouco relevantes para as mulheres e desperdício de investimento por parte da instituição promotora. Há ainda que se considerar que quando se tratam de cursos destinados às mulheres observamos também que existe uma questão de gênero que insiste em atribuir atividades consideradas femininas nos cursos realizados, como os de corte e costura, pintura, manicure e pedicure, cabeleireiro, dentre outros, que não são avaliados pela demanda de mercado, mas sim por serem consideradas atividades cuja prevalência é feminina os quais não necessariamente contribuem para a independência financeira das mulheres.

No dia oito de agosto de dois mil e treze foi publicada pelo Portal de Notícias <sup>23</sup>do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma nota referente à Campanha “Compromisso e Atitude” na qual se observa a fala da Secretária da SPM-PR Aparecida Gonçalves em palestra na VII Jornada da Lei Maria da Penha, promovida no dia 07/08/2013 pelo CNJ, em sua sede em Brasília/DF, em comemoração aos sete anos da Lei n. 11.340/2006. A fala da secretária referiu-se a necessidade de ampliação da rede de proteção a mulher em situação de violência, na qual deverão ser incluídas as empresas e a comunidade em geral.

Temos que parar de pensar que a proteção à mulher se dá apenas com as casas-abrigos, as medidas protetivas e policiais para vigiá-la. Há uma série de medidas, muito simples, que todos podem tomar e assim ajudar a salvar a vida de uma mulher. É importante então, que nesse segundo momento, a gente converse com as empresas, com os chefes imediatos, para saber como eles podem se comprometer com a campanha. Também temos de realizar um debate para incentivar o envolvimento da comunidade. (Fala da secretária da SPM-PR Aparecida Gonçalves).

Ao analisarmos esta nota inferimos que a proposta mencionada é de grande relevância no que toca ao enfrentamento da violência contra as mulheres, contudo, há que se fazer uma

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/25804-campanha-do-maria-da-penha-pretende-incluir-empresas-e-sociedade-civil-na-rede-de-protecao>> Acesso em: 08 ago. 2013.

análise crítica a respeito dessa inserção das empresas na rede de proteção, é necessário ficar atento para que este não seja um passaporte para a transferência do papel do Estado para a sociedade civil, pois como se observa na fala da secretária os equipamentos que existem (casa abrigo, delegacias especializadas...) não são suficientes para o enfrentamento dessa problemática e na verdade não o são. Porém temos que considerar que em muitas regiões do país assim como aquela analisada neste trabalho ainda não é vislumbrada a presença de tais equipamentos. Dessa forma, a região do recôncavo baiano possui ainda inúmeros desafios para a efetivação da política de proteção a mulher vítima de violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia patriarcal ainda que tenha suas bases questionadas com o advento das lutas travadas pelos movimentos feministas já no século XVII, ainda consegue se fazer presente dando conformidade a diversas culturas e diferentes povos, culturas essas que tende a conferir papel de subalternidade à mulher com relação aos homens. Nesse viés, recorremos a Azevedo (1985) quando para essa autora a tradição cultural patriarcalista cria resistências enormes para que uma aplicação mais justa dos dispositivos legais se torne realidade, e ainda para dificultar o reconhecimento efetivo de que a violência contra a mulher é *um problema com P maiúsculo que não se pode ignorar por mais tempo ou tentar solucionar com remédios paliativos*.

Um estudo sobre a relação social entre os sexos ao longo da história permite afirmar que as mulheres estiveram sempre em lugar subalterno se comparadas aos homens, sendo essa prática justificada pela característica que era/é atribuída a mulher de possuir uma capacidade inata para ocupar certos lugares e papéis na sociedade sendo estes de menor prestígio social. No que toca o ato da violência contra as mulheres Saffioti (2004) considera que a mesma sempre existiu no Brasil, sendo esta prática considerada pela autora um fenômeno mundial que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura ou religião.

Verificamos com esse estudo que todas as conquistas relacionadas a busca pela igualdade de gênero só foram possíveis com a luta dos movimentos feministas com o apoio de outros movimentos sociais os quais passaram a questionar o abuso do poder que era conferido aos homens de castigar suas esposas quando estas ferissem ou transgredissem às suas normas. Foram precisas as várias manifestações sociais que ocorreram primeiramente nos Estados Unidos e na Inglaterra e logo em seguida em outros países como no caso Brasileiro em clamor pela vida das mulheres quando percebidos inúmeros casos de assassinatos justificados pela preservação da honra da família ou ainda em nome do amor.

Diante de várias manifestações populares ocorridas no país em favor da vida das mulheres o Estado Brasileiro tornou-se signatário das políticas criadas em âmbito mundial, na década de 1980, assumindo o seu papel no que toca ao enfrentamento da violência contra a mulher no país. Dessa forma, foi ainda na década supracitada que se vislumbrou a criação dos primeiros organismos públicos especializados para atender a essa problemática, que dizem respeito à casa abrigo e a primeira delegacia de apoio a mulher. Sendo, portanto, medidas de

cunho combativo e/ou punitivos que seguiram até o início da década de 2000, quando a política de enfrentamento a violência contra a mulher passou a ser vista de outra maneira.

Foi a partir de 2003 com a criação da SPM-PR que a questão da violência contra a mulher passou a ser visualizada como uma questão de ordem intersetorial fundada numa perspectiva integrativa que visa a atenção integral a mulher vitimada desde as ações de prevenção às de combate. Nesse viés, consideramos que este foi o maior passo do Estado Brasileiro no que toca a atenção dispensada para a questão da violência contra as mulheres no país. Logo em seguida, no ano de 2004, foi estabelecido o Plano Nacional de políticas para as mulheres o qual é fruto da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O referido plano configurou-se também como um marco histórico por propor a igualdade de gênero, e por descentralizar a política de atenção à mulher em situação de violência, a qual passou a ser objeto também de outras áreas sociais além da segurança pública, como a saúde, a assistência, a justiça, educação e ainda da sociedade civil como um todo.

No ano de 2006 quando sancionada a Lei 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, a questão da violência contra a mulher ganhou um respaldo legal que além de estabelecer critérios mais severos com relação à punição do agressor define também várias medidas relacionadas à prevenção e a qualificação do atendimento. É nesse contexto, que é lançado em 2007 o Pacto Nacional pelo enfrentamento da violência contra a mulher. Com esse pacto, a questão da violência contra a mulher torna-se caso de política de Estado e não de governo, sendo ainda descentralizada entre as esferas federal, estadual e municipal, cabendo a cada uma destas oferecer serviços que atendam a essa demanda.

É nesse contexto que se insere o Centro Regional de Referência da Mulher Maria Joaquina, aqui estudado. O referido centro, atuando numa escala regional, propõe-se a prestar atendimento de orientação e acompanhamento a mulheres vítimas de violência na região do Recôncavo Baiano. Contudo, a partir da análise realizada, consideramos que em linhas gerais a política de enfrentamento a violência contra a mulher nesta região precisa ser fortalecida, com a criação de serviços especializados para um atendimento qualificado, na medida em que foi possível observar a ausência de instituições especializadas, além do CRRMMJ para o trato dessa demanda.

Outro fator que merece destaque é a necessidade da criação de ações voltadas à sensibilização e uma educação em gênero que vise desconstruir a visão que desde os primórdios da humanidade subalterniza a mulher com relação ao homem. Nesse viés podemos afirmar que muito já foi e é feito pelos movimentos feministas e diversos movimentos sociais, contudo, quando estamos tratando de interiores cuja população e área territorial são pequenas,

e a herança cultural é marcante, outras medidas são necessárias. Por mais que sejam estabelecidas políticas de combate e enfrentamento à violência contra a mulher através da criação de equipamentos públicos como as casas abrigo, as delegacias especializadas, os centros de referência, os CRAS e CREAS, dentre outras, se não vislumbrarmos uma mudança cultural que confira realmente a uma igualdade de gênero continuaremos remando contra a maré. Para tanto, é necessário que os mecanismos relacionados à prevenção sejam fortalecidos, e que a sociedade civil seja ainda mais convidada a discutir e pensar essa problemática.

## REFERENCIAS

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. **Elaboração de projetos de pesquisa**. In Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

AZEVEDO, Maria Amélia de. **Mulheres espancadas : a violência denunciada** / Maria Amélia Azevedo em colaboração com Maria Eduarda Paternostro, Nancy Vaiciunas, Viviane Nogueira de Azevedo Guerra. – São Paulo : Cortez, 1985.

BIROLI, Flávia. **Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia**. In Democracia e desigualdades. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 9 – Brasília, Setembro/dezembro de 2012.

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra mulher e políticas públicas**. Estud. av. vol.17 n°.49. São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300006/](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006/)>. Acesso em 16 jun.2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas Para as Mulheres. Disponível em: [www.sepm.gov.br/](http://www.sepm.gov.br/) Acesso em: 06 ago. 2013.

CAPPELLE Mônica Carvalho Alves, MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes, GONÇALVES, Carlos Alberto. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Vol. 5, No 1 (2003). Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/251>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa** / Claudio de Moura Castro. – 2. Ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. / Mirla Cisne. –1.ed. – São Paulo : Outras Expressões, 2012. 144p.

DAY, *et al.* **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Relatórios. R. Psiquiatr. RS, 25 (suplemento 1): 9-21, abril 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 17 nov. 2012

DIREITOS DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: ORIENTANDO E DEFENDENDO. Núcleo de Atendimento Especializado à mulher – NAEM. Defensoria pública do estado do Pará. Disponível em:

<<http://www.defensoria.pa.gov.br/anexos/File/biblioteca/Cartilhas/Cartilha%20%20Direitos%20da%20Mulher.pdf> > Acesso em 16 jun. 2012.

GROSSI, Patricia Krieger, TAVARES, Fabrício André, OLIVEIRA, Simone Barros de **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios.** Pontíficia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Athenea Digital - núm. 14: 267-280 (otoño 2008) – CARPETA.

GUEDES, Moema de Castro, ARAÚJO, Clara. **Desigualdades de Gênero, Família e Trabalho: Mudanças E Permanências No Cenário Brasileiro.** Gênero, Niterói, v.12, n.1, p. 61-79, 2. sem. 2011. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/24042013-124233dossie03.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

IBGE. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas.** Pesquisa mensal de Emprego – PME. 08 de março de 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)>. Acesso em 28 ago. 2013.

LARA, R. **Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica.** In *Katálysis*. V.10. Florianópolis, 2007 (73-82)

LIMA, Telma Cristiane Sasso de, MIOTO, Regina Célia Tamasso, PRÁ, Keli Regina Dal. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo.** Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, v.6, n I, p. 93-104. Jan./jun. 2007.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MIGUEL, Luis Felipe, **Democracia e sociedade de classes.** In Democracia e desigualdades. Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 9 – Brasília, Setembro/dezembro de 2012.

MINAYO, M. C. S. **Social Violence from a Public Health Perspective.** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994.

MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.** In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. – Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.



NARVAZ, Martha Giudice, KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição Normativa à subversão criativa.** *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 49-55; jan/abr. 2006

NORMA técnica de padronização das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – DEAMS. Edição Atualizada. Brasília 2010. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br/portal/home/conteudo/biblioteca/biblioteca/normastecnicas/003.pdf>>. Acesso em 16 jun. 2013.

NORMA técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. Presidência da Republica. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.sepm.gov.br/publicacoes/norma\\_tecnica\\_de\\_uniformizacao](http://www.sepm.gov.br/publicacoes/norma_tecnica_de_uniformizacao) >. Acesso em 16 jun. 2013.

NORONHA, Ceci Vilar, ALMEIDA, DOURADO, Suzana. **Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano.** *In* Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos / Ceci Vilar Noronha, Andrija Oliveira Almeida, (Org.). – Salvador : EDUFBA, 2012.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência/** Nilo Odália. --São Paulo: Brasiliense, 2004. —(Coleção primeiros passos; 85)

OLIVEIRA, A. C. D. de, DAMASCENO, C.C., SOUZA, M.M., SOUZA, S.B. Mapeamento do perfil socioeconômico das mulheres vítimas de violência no Recôncavo baiano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, XIII, 2012, Minas Gerais. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2012, CD-ROM.

OLIVEIRA, Eliana de, ENS, Romilda Teodora, ANDRADE, Daniela B. S. Freire, Carlo Ralph DE MUSIS. **Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação.** *Metodologia, Política e Filosofia da Educação* v. 4 n. 9 Maio/Ago. 2003. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=637&dd99=view>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

PERCEPÇÃO da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres. Caderno Campanha compromisso e atitude. Pesquisa Data Popular e instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro\\_pesquisa\\_violencia.pdf](http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/livro_pesquisa_violencia.pdf)>. Acesso em 28 ago.2013

POLÍTICA Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres Secretaria Nacional de Enfrentamento à

Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 20 set. 2013

PORTUGAL, Silvia. **Contributos para a discussão do conceito de rede na teoria sociológica.** Oficina co CES N° 271, Março de 2007. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/whee/investigadores/index.php?target=cv&id\\_investigador=74](http://www.ces.uc.pt/whee/investigadores/index.php?target=cv&id_investigador=74)>. Acesso em 15 ago. 2013

RAGO, Margareth. **Ser Mulher No Século XXI Ou Carta de Alforria.** *In* A mulher Brasileira nos espaços público e privado / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, Organizadores. – 1. Ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

REDE de enfrentamento à violência contra as mulheres. Coleção enfrentamento à violência contra as mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 20 set. 2013

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Casas-Abrigo no enfrentamento da violência de Gênero** / Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha. – São Paulo: Veras Editora, 2007. – (Série temas ; 6)

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** cadernos pagu (16) 2001: pp.115-136.

\_\_\_\_\_, Heleieth, **Gênero e patriarcado: violência contra mulheres.** *In* A mulher Brasileira nos espaços público e privado / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, Organizadores. – 1. Ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde.** Interface \_Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/03.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://wesleycarvalho.com.br/wp-content/uploads/G%C3%AAnero-Joan-Scott.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade** / Aglair Alencar Setubal – 4.ed – São Paulo: Cortez, 2009.

SILVEIRA, Lenira Politano da. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <[http://www.mpdft.mp.br/pdf/unidades/nucleos/pro\\_mulher/lenira.pdf](http://www.mpdft.mp.br/pdf/unidades/nucleos/pro_mulher/lenira.pdf) >. Acesso em 15 ago. 2013.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura** / Betinho. Herbert José de Souza. 31. Ed. – Petropolis, RJ : Vozes, 2009.

SPOSATI, A. **Pesquisa e produção do conhecimento no campo do Serviço Social**. In *Katálysis*. V.10. Florianópolis, 2007 (p. 15-25)

VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol. **As mulheres brasileiras no início de século XXI**. In *A mulher Brasileira nos espaços público e privado* / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, Organizadores. – 1. Ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_, Gustavo, RECAMÁN, Marisol, OLIVEIRA, Suely de, **A mulher Brasileira nos espaços público e privado** / Gustavo Venturi, Marisol Recamán e Suely de Oliveira, Organizadores. – 1. Ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012. Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil, Área de Estudos sobre a Violência. Agosto de 2012.

<http://www.visaocidade.com/2012/11/rede-de-atendimento-mulher-vitima-de.html> Acesso em: 25/09/2013

<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-10/semira---diagnostico-goias-violencia-contra-mulheres---2011.pdf> Acesso em: 05/10/2013

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/09/26/interna\\_brasil.390213/problema-da-violencia-contra-mulheres-esta-na-prevencao-diz-especialistas.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/09/26/interna_brasil.390213/problema-da-violencia-contra-mulheres-esta-na-prevencao-diz-especialistas.shtml) Acesso em: 26/09/2013

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Senhora,

Solicito sua participação na pesquisa de campo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado de **“Da prevenção ao combate: um estudo da rede de atendimento à mulher em situação de violência no recôncavo baiano”**, do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A senhora foi plenamente esclarecida de que participando deste projeto, estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como um dos objetivos centrais investigar como está estruturada a rede de atendimento à mulher em situação de violência na região do Recôncavo baiano. E que, portanto, sua participação é voluntária e sem interesse financeiro, por tal motivo a senhora não terá direito a nenhuma remuneração.

Ressalto que todas as informações prestadas serão utilizadas com intuito de possibilitar a realização da pesquisa e publicação das informações. Afirmando que os dados de identificação da respondente serão preservados, assim como, serão utilizados nomes fictícios na identificação das mesmas. Em caso de recusa a senhora não será penalizada de forma alguma.

Solicito que assine esta comunicação confirmando sua participação na pesquisa ao permitir que sejam publicadas as informações prestadas para a sistematização deste estudo.

Cruz das Almas – BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013

---

Assinatura da pesquisadora

---

Assinatura da respondente

## APÊNDICE B - Roteiro de entrevista

Profissional:

Formação:

- 1- Como você percebe a estruturação da rede de proteção à mulher em situação de violência na região do recôncavo?
- 2- Nos casos de violência sexual qual a rede acionada para o atendimento?
- 3- Em se tratando de violência física quais são encaminhamentos realizados?
- 4- No que toca aos outros tipos de violência (verbal, psicológica, moral, ameaças) qual o atendimento prestado e quais os possíveis encaminhamentos?
- 5- Em se tratando de casos que necessitem o acionamento de casas abrigos ou de acolhida, para onde são encaminhadas as mulheres?
- 6- Existem, na região do recôncavo, delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM'S)? Caso não existam, como as delegacias comuns lidam com os casos de violência contra a mulher?
- 7- Existem projetos para sensibilização com vista à prevenção da violência contra a mulher junto à sociedade civil? Quais? E com que frequência são realizados?
- 8- Quais iniciativas existem para promover a autonomia financeira das mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho?
- 9- Existe alguma parceria com as prefeituras da região assim como empresários locais para a inserção das mulheres atendidas no mercado de trabalho? Caso não existam, possuem outras parcerias?
- 10- Qual a importância da materialização de uma rede especializada para o atendimento da mulher em situação de violência no recôncavo baiano?
- 11- Para você como seria o modelo ideal de enfrentamento à violência contra a mulher?